



(continuação)

7.2 Composição por prazo de vencimento

31/12/2010								R\$ mil
Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado								
a) Instrumentos financeiros designados ao valor justo								
<i>Públicos:</i>								
Debêntures	-	-	-	145.725	-	-	-	145.725
<i>Privados:</i>								
Debêntures	-	260	-	1.396.492	3.356.050	2.611.252	4.534.557	11.898.611
b) Instrumentos financeiros mantidos para negociação								
<i>Públicos:</i>								
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	1.126.473	-	-	-	-	-	-	1.126.473
	1.126.473	260	-	1.542.217	3.356.050	2.611.252	4.534.557	13.170.809
Instrumentos financeiros disponíveis para venda								
<i>Públicos:</i>								
Ações	48.230.144	-	-	-	-	-	-	48.230.144
<i>Privados:</i>								
Ações	41.018.972	-	-	-	-	-	-	41.018.972
	89.249.116	-	-	-	-	-	-	89.249.116
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	2.022.829	-	-	-	-	-	-	2.022.829
	91.271.945	-	-	-	-	-	-	91.271.945
Empréstimos e recebíveis								
<i>Público:</i>								
Debêntures	-	-	-	-	47.554	469.976	-	517.530
<i>Privados:</i>								
Debêntures	-	-	-	-	540.913	-	-	540.913
	-	-	-	-	588.467	469.976	-	1.058.443
Instrumentos financeiros derivativos – setor Privado	271.248	-	-	-	-	-	-	271.248
Provisão para redução ao valor recuperável – Debêntures – setor privado								(342)
Total								105.772.103

31/12/2009								R\$ mil
Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado								
a) Instrumentos financeiros designados ao valor justo								
<i>Público:</i>								
Debêntures	-	-	-	-	150.892	-	-	150.892
<i>Privados:</i>								
Debêntures	1.138	119.174	-	277.852	1.516.417	2.964.835	3.444.609	8.324.025
b) Instrumentos financeiros mantidos para negociação								
<i>Públicos:</i>								
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	1.944.862	-	-	-	-	-	-	1.944.862
	1.946.000	119.174	-	277.852	1.667.309	2.964.835	3.444.609	10.419.779
Instrumentos financeiros disponíveis para venda								
<i>Públicos:</i>								
Ações	33.888.683	-	-	-	-	-	-	33.888.683
<i>Privados:</i>								
Ações	41.231.917	-	-	-	-	-	-	41.231.917
	75.120.600	-	-	-	-	-	-	75.120.600
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	1.579.884	-	-	-	-	-	-	1.579.884
	76.700.484	-	-	-	-	-	-	76.700.484
Empréstimos e recebíveis								
<i>Público:</i>								
Debêntures	-	-	-	-	10.293	410.289	-	420.582
	-	-	-	-	10.293	410.289	-	420.582
Provisão para redução ao valor recuperável – Debêntures – setor privado								(76)
Total								87.540.769

01/01/2009								R\$ mil
Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo através do resultado								
a) Instrumentos financeiros designados ao valor justo								
<i>Públicos:</i>								
Debêntures	-	-	-	-	122.793	-	-	122.793
<i>Privados:</i>								
Debêntures	-	42.492	6.425	423.406	1.539.281	2.448.922	713.647	5.174.173
b) Instrumentos financeiros mantidos para negociação								
<i>Públicos:</i>								
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	583.708	-	-	-	-	-	-	583.708
	583.708	42.492	6.425	423.406	1.662.074	2.448.922	713.647	5.880.674
Instrumentos financeiros disponíveis para venda								
<i>Públicos:</i>								
Ações	21.878.813	-	-	-	-	-	-	21.878.813
<i>Privados:</i>								
Ações	21.465.112	-	-	-	-	-	-	21.465.112
	43.343.925	-	-	-	-	-	-	43.343.925
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	1.035.633	-	-	-	-	-	-	1.035.633
	44.379.558	-	-	-	-	-	-	44.379.558
Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento								
<i>Público:</i>								
Títulos da dívida agrária - TDA	-	570	-	-	-	-	-	570
	-	570	-	-	-	-	-	570
Empréstimos e recebíveis								
<i>Público:</i>								
Debêntures	-	-	-	-	-	91.431	-	91.431
	-	-	-	-	-	91.431	-	91.431
Provisão para redução ao valor recuperável – Debêntures – setor público e privado								-
Total								50.352.233

(continuação)

7.3 Debêntures

As debêntures que possuem derivativos embutidos foram classificadas como instrumento financeiro designado ao valor justo por meio do resultado e as debêntures simples foram classificadas como empréstimos e recebíveis, conforme a seguir:

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Instrumentos financeiros designados ao valor justo	12.044.336	8.474.917	5.296.966
Empréstimos e recebíveis	1.058.443	420.582	91.431
Valor bruto	13.102.779	8.895.499	5.388.397
Provisão para redução ao valor recuperável	(342)	(76)	-
Total	13.102.437	8.895.423	5.388.397
Circulante	260	120.312	48.920
Não Circulante	13.102.177	8.775.111	5.339.477
Total	13.102.437	8.895.423	5.388.397

7.3.1) Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Setor Público	663.255	571.474	214.223
Setor Privado			
Indústria	6.428.836	6.032.663	3.133.865
Outros serviços	6.010.688	2.291.362	2.040.309
	12.439.524	8.324.025	5.174.174
Total	13.102.779	8.895.499	5.388.397

7.3.2) Distribuição da carteira bruta por vencimento

	R\$ mil
	31/12/2010
Vencido	-
A vencer:	
2011	260
2012	7.545
2013	1.534.673
2014	12.004
2015	3.932.513
Após 2015	7.615.784
Total	13.102.779

	R\$ mil
	31/12/2009
Vencido	1.138
A vencer:	
2010	119.174
2011	-
2012	277.852
2013	1.667.309
2014	10.293
Após 2014	6.819.733
Total	8.895.499

	R\$ mil
	01/01/2009
Vencido	-
A vencer:	
2009	48.920
2010	423.406
2011	-
2012	212.124
2013	1.449.950
Após 2013	3.253.997
Total	5.388.397

7.3.3) Conciliação da movimentação da redução ao valor recuperável

	R\$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do exercício	76	-
Constituição (reversão) *	266	76
Saldo no final do exercício	342	76

* O efeito no resultado está apresentado na Nota 17.

7.3.4) Carteira de Debêntures

A seguir estão listadas as principais debêntures por classificação e valor justo.

O valor justo das debêntures é calculado pela administração, utilizando premissas e julgamentos que, embora sejam revisados periodicamente, os valores reais podem divergir das estimativas calculadas.

	R\$ mil		
Classificação	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Empréstimos e recebíveis			
Debêntures com características de concessão de crédito	1.058.443	420.582	91.431
Designadas ao valor justo através do resultado (Nota 21)			
Debêntures conversíveis / permutáveis em ações listadas em bolsa	10.448.439	6.628.028	3.666.338
Debêntures conversíveis / permutáveis em ações não listadas em bolsa	1.595.897	1.846.889	1.630.628
	12.044.336	8.474.917	5.296.966
Total de debêntures	13.102.779	8.895.499	5.388.397

7.4 Fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil

O Fundo está classificado como instrumento financeiro avaliado ao valor justo através do resultado mantido para negociação.

A carteira é composta basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC

Apresenta-se a seguir a composição da carteira de títulos do Fundo:

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fundo BB Extramercado Exclusivo			
ATIVO			
Disponibilidades	1.997	4.974	10.011
Operações compromissadas			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	186.946	209.027	12.249
Títulos e valores mobiliários livres			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	937.656	1.731.014	561.538
Outros	1	1	1
	1.126.600	1.945.016	583.799
PASSIVO			
Valores a pagar	(127)	(154)	(91)
	(127)	(154)	(91)
TOTAL	1.126.473	1.944.862	583.708

Composição dos títulos integrantes do ativo do Fundo por prazo de vencimento:

	R\$ mil					
	31/12/2010					
Quantidade	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
Fundo BB Extramercado Exclusivo						
Operações compromissadas						
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	41.636	186.946	-	-	-	186.946
Títulos e valores mobiliários livres						
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	208.468	1.565	62.677	289.966	541.978	937.656
	188.511	62.677	289.966	541.978	41.470	1.124.602

	R\$ mil					
	31/12/2009					
Quantidade	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
Fundo BB Extramercado Exclusivo						
Operações compromissadas						
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	51.083	209.027	-	-	-	209.027
Títulos e valores mobiliários livres						
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	442.449	293.124	-	267.688	1.010.398	1.731.014
	502.151	-	267.688	1.010.398	159.804	1.940.041

	R\$ mil					
	01/01/2009					
Quantidade	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
Fundo BB Extramercado Exclusivo						
Operações compromissadas						
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.294	12.249	-	-	-	12.249
Títulos e valores mobiliários livres						
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	150.746	-	34.838	-	50.015	476.685
	12.249	34.838	-	50.015	476.685	573.787



(continuação)					8.2 Distribuição da carteira bruta das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis por vencimento				
7.5 Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações									
Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data base do balanço.									
Fundo	Administrador	31/12/2010	31/12/2009	R\$ mil 01/01/2009					
- PROT – Fundo de Investimento em Participações	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos Mobiliários S.A.	668.473	867.574	462.808					
- Brasil Energia – Fundo de Investimentos em Participações	Banco Bradesco S.A	315.427	258.875	118.485					
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Credit Suisse Brasil	298.196	-	-					
- InfraBrasil – Fundo de Investimentos em Participações	Banco ABN Amro Real S.A.	151.751	95.789	67.756					
- AG Angra Infra-Estrutura - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A	82.253	63.351	38.011					
- Fundo de Investimentos Cia. Paulista Trens Metropolitanos	Banco Bradesco S.A	55.412	67.851	79.164					
- Logística Brasil – Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A.	56.889	30.600	13.564					
- Fundo de Invest. Em Partic. Governança e Gestão – FIPGG	Governança & Gestão Investimentos	38.778	38.827	28.974					
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Modal Oleo e Gas	Caixa Econômica Federal	18.502	-	-					
-FIP Terra Viva - Fundo de Investimento em Participações	DGF Gestão de Fundos Ltda	29.494	856	-					
- Fundo Brascan de Petróleo e Gás	Banco Brascan S.A.	16.728	16.749	13.642					
- Brasil Mezanino Infra-estr fdo. Inv. em Participações	Darby Stratus Administração de Investimentos Ltda	22.550	12.731	303					
- Fundo Mútuo Invest em Empresas Emergentes CRIATEC	BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	22.803	13.603	7.873					
- Fundo de Investimento em Participações Caixa Ambiental	Caixa Econômica Federal	31.522	2.673	3.149					
- BR Educacional Fundo de Investimento em Participações	BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	36.074	15.000	-					
- CRP VI Venture Fundo Mútuo de Invest. Empr. Emergentes	CRP Companhia de Participações S.A	12.203	10.506	4.180					
- RB Cinema I – Fundo Financiamento Ind. Cinematográfica Nacional	Rio Bravo Investimentos S.A.	11.413	11.802	11.677					
-Fundo Brasil Agronegócio - Fundo de Investimento em Participações	Banco Bradesco S.A	6.880	-	-					
- Fire - Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	BrasilPrivate Consultoria e Participações Ltda.	-	7.923	26.908					
- Opportunity Equity Partners – FIA	Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos Mobiliários S.A.	4.713	4.850	104.698					
- Brasil 21 – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes	Dynamo Administradora de Recursos Ltda.	2.714	5.953	4.645					
- Outros		140.054	54.371	49.796					
Total		2.022.829	1.579.884	1.035.633					
Os fundos mútuos de investimento em empresas emergentes Fire – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes e Brasil 21 – Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes – foram constituídos sob a forma de condomínios fechados, tendo somente aportes da BNDESPAR, com prazo de duração de oito anos. Esses fundos estão em fase de desinvestimentos.									
8. Venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis									
As informações das operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis estão assim sumarizadas:									

(continuação)

10. Participações Societárias

A carteira de participações societárias é composta por empresas coligadas, sobre as quais a BNDESPAR exerce influência significativa, e por outras empresas em que não existe influência.

Até a adoção integral dos Pronunciamentos Técnicos CPC, essa carteira era apresentada no Balanço Patrimonial no subgrupo de Investimentos do Ativo Não Circulante, com exceção daqueles investimentos com manifestada intenção de realização no curto prazo, apresentados no Ativo Circulante. Com a aplicação dos CPC, os Investimentos se restringiram à carteira de coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As outras participações societárias, que passaram a ser avaliadas pelo método do valor justo, estão sendo apresentadas no Balanço Patrimonial no subgrupo de Títulos e Valores Mobiliários, na rubrica “Ações e bônus de subscrição”, do Ativo Não Circulante, na categoria definida pelo CPC 38 como “Disponível para Venda”.

Os componentes da carteira de participações societárias da BNDESPAR – coligadas e instrumentos financeiros disponíveis para venda – são decorrentes de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

A fim de demonstrar esses ativos sob a mesma ótica com que são administrados, apresentamos a seguir a composição desses investimentos como uma carteira de participações societárias, o que também permite a comparabilidade com as divulgações anteriores.

10.2 Investimentos - Coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

As empresas nas quais a BNDESPAR possui o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas (influência significativa) são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

10.2.1) Carteira de Coligadas

Empresas investidas	Data base	Capital Social	Quantidade (mil) de ações possuídas		% participação no capital	Resultado de equivalência patrimonial		Valor patrimonial investimento	Ágio Prov. perdas	a b	Valor contábil			R\$ mil
			Ordinárias	Preferenciais		31/12/2010	31/12/2009				31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	
Bertin						-	94.683	-	-	-	-	-	-	2.371.805
Brasília	31.10.2010	2.960.709	300.000	50.000	53,85	320.733	343.708	1.646.789	-	-	1.646.789	1.740.854	1.702.464	
COPEL	31.10.2010	6.910.000	38.299	27.282	23,96	207.331	253.092	2.275.172	-	-	2.275.172	2.107.461	1.919.212	
Fibra	31.10.2010	8.379.397	142.360	-	30,45	109.389	93.866	4.703.324	-	-	4.703.324	4.868.234	-	
JBS	31.10.2010	18.046.067	437.102	-	17,54	22.628	-	3.235.358	848.219	a	4.083.577	4.152.472	-	
Rio Polímeros						(231.412)	(3.936)	-	-	-	-	295.807	291.666	
Telemar Participações						(68.782)	(50.332)	-	-	-	-	228.928	391.560	
Outras empresas						359.887	731.081	11.860.643	848.219		12.708.862	13.393.756	6.676.707	
						79.762	(249.433)	825.461	107.051		932.512	837.583	690.329	
									195.966	a				
									(88.915)	b				
						439.349	481.648	12.686.104	955.270		13.641.374	14.231.339	7.367.036	

- A data-base indica a data do patrimônio líquido da investida que serviu de base para o cálculo da última equivalência efetuada. Foram reconhecidos os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base, bem como os efeitos da aplicação da Lei n.º 11.638/07 e dos Pronunciamentos Técnicos CPC nas demonstrações financeiras das coligadas. Os efeitos de mudança relativa de participação nas coligadas foram reconhecidos no resultado; as informações sobre as coligadas descritas no item 8.2.2 abaixo já contemplam esses efeitos.
- As empresas concessionárias de serviços públicos não adotaram integralmente os CPC até a data-base utilizada para equivalência patrimonial, especialmente a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, bem como não retratam possíveis efeitos da aplicação da OCPC 05 – Contratos de Concessão, aprovada pela Deliberação CVM nº 657/10, de 28 de dezembro de 2010.
- A Bertin foi incorporada pela JBS em dezembro/2009.
- Embora detenha diretamente somente 17,54% do capital votante da JBS, a BNDESPAR exerce influência significativa na empresa em razão de participação indireta através do Fundo Prot Fip (3,6%). Além disso, a BNDESPAR é signatária de acordo de acionistas e de acordo de investimento, o que permite sua representação no Conselho de Administração da JBS.
- Os investimentos em coligadas foram objeto de teste de recuperabilidade em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O valor recuperável é o maior entre o valor de mercado e o valor em uso.

10.2.2) Informações sobre as Coligadas

Empresas Investidas	Valor Contábil - R\$ mil – Data base: 31/10/2010 (1)					Valor Justo da Participação em Coligadas com Ações Listadas
	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado	
Brasiliana (2)	4.143.658	1.085.334	3.058.324	969.894	800.089	-
COPEL	10.624.802	1.130.973	9.493.829	1.177.106	866.282	2.577.730
Fibra	29.061.717	13.613.355	15.448.362	8.318.417	14.400	3.700.790
JBS	36.850.071	18.399.380	18.450.691	9.771.034	(221.609)	3.134.023
Subtotal	80.680.248	34.229.042	46.451.206	20.236.451	1.459.162	9.412.543
Outras empresas	27.974.556	15.356.811	12.617.745	3.455.719	130.232	511.929
Total	108.654.804	49.585.853	59.068.951	23.692.170	1.589.394	9.924.472

- (1) Valores contábeis ajustados para o cálculo da equivalência patrimonial.
(2) Empresa com ações não listadas.

10.2.3) Reconciliação dos saldos de Investimentos em Coligadas

	31/12/2009	31/12/2008
Saldo publicado na data-base	11.999.177	7.637.318
Reclassificação para carteira de Participações Societárias - TVM Disponíveis para Venda	(1.239.616)	(1.239.616)
Reclassificação da carteira de Participações Societárias - TVM Disponíveis para Venda	683.316	651.898
Parcela do ajuste a valor justo das debêntures convertidas	262.994	-
Outros Resultados Abrangentes das Coligadas - aplicação do CPC 18	(335.285)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(612.035)	(315.568)
Baixas de deságios (*)	602.947	602.947
Reclassificação de Outros investimentos parcela do Valor Justo	1.027.185	-
Efeitos por aquisição de coligadas - valor justo e ganho por compra vantajosa (*)	1.923.341	-
Outros	(80.685)	30.057
Saldo Investimentos em coligadas ajustado	14.231.339	7.367.036

(*) Inclui deságios apurados antes de 2009 e ganho por compra vantajosa de coligadas. A BNDESPAR apurou em 2009 o total de R\$ 2.018.581 de ganho com compra vantajosa, computado no resultado para fins comparativos, nas aquisições de sociedades coligadas, em função dos valores justos proporcionais dos ativos líquidos dessas coligadas serem superiores às contraprestações transferidas em troca das ações dessas sociedades investidas.

10.1 Composição dos saldos

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Investimentos – Coligadas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial	13.641.374	14.231.339	7.367.036
Títulos e Valores Mobiliários – Empresas avaliadas a valor justo (Disponíveis para Venda) – Ativo Circulante	81.464	68.479	-
Títulos e Valores Mobiliários – Empresas avaliadas a valor justo (Disponíveis para Venda) – Ativo Não Circulante	89.167.652	75.052.121	43.343.925
Total dos investimentos	102.890.490	89.351.939	50.710.961

10.3 Títulos e Valores Mobiliários – Investimentos em empresas avaliadas ao valor justo (Disponíveis para Venda)

Os Pronunciamentos Técnicos aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários, alinhados às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS, prescrevem que as participações societárias em entidades que não sejam controladas, controladas em conjunto ou coligadas devem ser tratadas como instrumento financeiro, aplicando-se o conceito de valor justo como base de avaliação.

Quando inicialmente reconhecidas, a BNDESPAR classifica as participações societárias em outras empresas na categoria “Disponível para Venda” e mensura o investimento pelo valor justo na data da negociação, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento. Após o reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação em que possa incorrer na venda ou em outra alienação. As mudanças no valor justo das participações societárias em outras empresas são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido da BNDESPAR, na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial. Essas mudanças no valor justo correspondem a ganhos ou perdas econômicos ainda não realizados, registrados no âmbito da demonstração do resultado abrangente.

Ao determinar e divulgar o valor dos investimentos em participações societárias classificadas como “Disponível para Venda”, a BNDESPAR utiliza a hierarquia a seguir:

- Nível 1: aplicado para empresas cujas ações são listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência, ajustado por baixa liquidez, se for o caso;
- Nível 2: aplicado para empresas de participações (holding) cujas ações não são listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso;
-



(continuação)

<

(continuação)

	R\$ mil
01/01/2009	
A vencer:	
2009	2.899.149
2010	1.776.820
2011	2.151.188
2012	1.379.151
2013	2.256.048
Após 2013	8.650.610
Total	19.112.966

12. Emissão de debêntures

Em dezembro de 2006, a BNDESPAR emitiu 600.000 debêntures simples, da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, em série única, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, na data da emissão, perfazendo o montante de R\$ 600.000 mil.

Esta distribuição pública foi realizada no âmbito do Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures da Emissora, arquivado na Comissão de Valores Mobiliários, em 19 de dezembro de 2006, sob o número CVM/SRE/PRO/2006/0011.

As debêntures foram subscritas e integralizadas ao preço de R\$ 898,33, cada uma, correspondente ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 ajustado por deságio de 10,167%, apurado em processo de coleta de intenções de investimento.

As debêntures terão o seu valor nominal unitário atualizado a partir da data de subscrição e integralização, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sendo o produto da atualização incorporado a este automaticamente, de acordo com as fórmulas previstas na escritura de emissão, e pagam juros de 6% a.a., incidentes sobre o valor nominal unitário atualizado da debênture, devidos ao final de cada período de capitalização. O primeiro e o segundo pagamentos de juros foram realizados em 15 de janeiro de 2009 e 2010, respectivamente, e os demais ocorrerão em 15 de janeiro de 2011 e 15 de janeiro de 2012, conforme detalhado na escritura de emissão. A amortização será em uma única parcela, na data do vencimento, 15 de janeiro de 2012.

Na segunda distribuição do Primeiro Programa, ocorrida em julho de 2007, a BNDESPAR realizou a emissão de 1.350.000 debêntures simples, da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo 550.000 debêntures da Primeira Série e 800.000 debêntures da Segunda Série, da espécie sem garantia e sem preferência (quirografária), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, na data de emissão, perfazendo o montante de R\$ 1.350.000 mil. As debêntures foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário.

Em dezembro de 2009, já no âmbito do Segundo Programa de Distribuição, arquivado na CVM em 29 de julho de 2008 sob o n.º CVM/SER/PRO/2008/007, foi concluída a quarta oferta pública de debêntures simples de emissão da BNDESPAR. Foram emitidas 1.250.000 debêntures simples, da mesma forma e espécie das emissões anteriores, em duas séries, sendo 640.000 debêntures da Primeira Série e 610.000 debêntures da Segunda Série, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, na data de emissão, perfazendo o montante de R\$ 1.250.000 mil. As debêntures também foram subscritas e integralizadas pelo valor nominal unitário.

O valor nominal unitário das debêntures da Primeira Série das duas últimas distribuições não será atualizado e incidirão apenas juros prefixados, conforme indicado na tabela a seguir. A remuneração, assim como a amortização, será paga integralmente nas respectivas datas de vencimento, de acordo com a tabela a seguir.

O valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série das emissões de 2007 e 2009 será atualizado pela variação do IPCA, divulgado pelo IBGE, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista no Suplemento Definitivo.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures da Segunda Série das emissões de 2007 e 2009, atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos Juros da Segunda Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da Segunda Série de ambas as emissões serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

O primeiro e o segundo pagamentos de juros da Segunda Série da emissão de 2007 ocorreu em 17 de agosto de 2009 e 16 de agosto de 2010, respectivamente e os demais serão realizados em 15 de agosto de 2011, 15 de agosto de 2012 e na data de vencimento, 15 de agosto de 2013, quando será amortizada em parcela única. Os pagamentos de juros da Segunda Série da emissão de 2009 ocorrerão anualmente a partir de 15 de janeiro de 2012 até 15 de janeiro de 2015, quando será amortizada em parcela única.

Em dezembro de 2010, foi realizada a quinta oferta pública de debêntures da BNDESPAR, sendo a primeira no âmbito do Terceiro Programa de Distribuição. Foram emitidas três séries, uma prefixada (Primeira Série), uma com taxa flutuante trimestral (Segunda Série) e outra indexada ao IPCA (Terceira Série). A primeira, segunda e terceira séries foram aprovadas e registradas na CVM em 10 de dezembro de 2010 sob os n.º CVM/SRE/DEB/2010/033, CVM/SRE/DEB/2010/034, e CVM/SRE/DEB/2010/035, respectivamente.

A oferta foi encerrada em 17 de dezembro de 2010, tendo sido distribuídas 2.025.000 debêntures simples, da forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal total de R\$ 2.025.000 mil. Foram colocadas 500.000 debêntures da Primeira Série, 1.000.000 debêntures da Segunda Série e 525.000 debêntures da Terceira Série.

O valor nominal unitário das debêntures da Primeira e da Segunda Séries não serão atualizados e incidirão apenas juros prefixados (Primeira Série) e flutuantes trimestralmente (Segunda Série). A remuneração de ambas as séries, assim como a amortização, será paga integralmente nas respectivas datas de vencimento. As taxas de juros e as datas de vencimento estão indicadas na tabela a seguir.

A Segunda Série terá remuneração flutuante, com uma taxa fixa de três meses redefinida trimestralmente com base na sobretaxa de 0,30% ao ano a ser adicionada à taxa de juros dos contratos futuros de DI (negociados na BM&FBOVESPA) aplicáveis à cada período de capitalização trimestral. Os períodos de capitalização e a fórmula de cálculo dos juros da Terceira Série estão previstos na Escritura de Emissão.

O valor nominal unitário das debêntures da Terceira Série dessa última emissão será atualizado pela variação do IPCA, sendo o produto da atualização incorporado a esta automaticamente, de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. Sobre esse valor nominal unitário atualizado monetariamente, incidem juros prefixados, desde a data de subscrição e integralização ou a data do pagamento anterior dos juros da Terceira Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. Os juros da Terceira Série serão calculados de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

Os pagamentos de juros da Terceira Série da emissão de 2010 ocorrerão anualmente a partir de 15 de janeiro de 2013 até 15 de janeiro de 2017, quando a série será amortizada em parcela única.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures, as datas de vencimento e os juros correspondentes a cada série estão demonstrados a seguir:

		R\$ mil		
	Vencimento	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
1ª distribuição - Primeiro Programa	15.01.2012			
Principal corrigido (IPCA)		734.784	694.078	665.811
Juros provisionados (6% a.a.)		42.109	39.606	83.333
Deságio		(61.002)	(61.002)	(61.002)
Amortização acumulada do deságio ⁽¹⁾		48.211	36.404	24.597
		764.102	709.086	712.739
2ª distribuição	01.01.2011			
1ª série				
Principal		550.000	550.000	550.000
Juros provisionados (11,2% a.a.)		240.141	160.858	89.799
2ª série	15.08.2013			
Principal corrigido (IPCA)		954.766	901.872	865.143
Juros provisionados (6,8% a.a.)		23.975	22.406	84.756
		1.768.882	1.635.136	1.589.698
1ª distribuição - Segundo Programa	01.01.2013			
1ª série				
Principal		640.000	640.000	-
Juros provisionados (12,74% a.a.)		84.288	2.747	-
2ª série	15.01.2015			
Principal corrigido (IPCA)		656.901	610.952	-
Juros provisionados (7,078% a.a.)		47.833	1.328	-
		1.429.022	1.255.027	-
1ª distribuição - Terceiro Programa	01.01.2014			
1ª série				
Principal		500.000	-	-
Juros provisionados (12,51% a.a.)		3.384	-	-
2ª série	01.01.2014			
Principal		1.000.000	-	-
Juros provisionados (DI Futuro 3 meses + 0,30% a.a.)		5.571	-	-
3ª série	15.01.2017			
Principal corrigido (IPCA)		527.269	-	-
Juros provisionados (6,2991% a.a.)		1.536	-	-
		2.037.760	-	-
Total		5.999.766	3.599.249	2.302.437
Circulante		306.224	62.012	168.088
Não Circulante		5.693.542	3.537.237	2.134.349
Total		5.999.766	3.599.249	2.302.437

⁽¹⁾ A amortização do deságio é calculada pelo método custo amortizado pelo prazo compreendido entre dezembro de 2007 e janeiro de 2012.

13. Impostos e contribuições sobre o lucro

13.1 Corrente

A BNDESPAR adota o regime de cálculo do imposto de renda e da contribuição social na modalidade de lucro real anual, estando sujeita a pagamentos mensais sobre uma base estimada, caso não se aplique à suspensão/redução dos recolhimentos, como facultam os artigos 27 a 35 da Lei n.º 8.981/95 e demais legislações pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2010, a BNDESPAR constituiu provisões para pagamento de contribuição social (aliquota de 9%) e de imposto de renda (aliquota de 15%, acrescida do adicional de 10%). Essas provisões foram calculadas sobre o lucro, antes de deduzidas as despesas de contribuição social e de imposto de renda.



(continuação)				
A demonstração do cálculo do encargo com imposto de renda e contribuição social está evidenciada a seguir:				
				R\$ mil
				Acumulado
		31/12/2010	31/12/2009	
	Imposto de renda		Imposto de renda	
	Contribuição Social		Contribuição Social	
Resultado antes da tributação	5.204.651	5.204.651	7.624.482	7.624.482
Participação dos empregados no lucro	(46.199)	(46.199)	(17.260)	(17.260)
Base para cálculo dos tributos	5.158.452	5.158.452	7.607.222	7.607.222
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%	1.289.613	464.261	1.901.805	684.650
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:				
• Provisão para risco de crédito (Res. BACEN n.º 2.682/99)	(43.561)	(15.682)	7.602	2.737
• Passivo Atuarial – FAMS	2.677	964	2.650	954
• Dividendos de investimentos	(158.801)	(57.168)	(326.760)	(117.634)
• Créditos baixados como prejuízo	3.941	1.419	356	128
• Equivalência patrimonial	(109.837)	(39.541)	(194.532)	(70.031)
• Permuta de títulos e valores mobiliários	(11.001)	(3.960)	226.986	81.715
• Amortização de ágio, líquida de realização	4.039	2.000	-	-
• Provisão para desvalorização de títulos	20.414	7.349	86.977	31.312
• Provisões trabalhistas e cíveis	(972)	(350)	14.082	5.070
• Programa de desligamento planejado de funcionários	(2.906)	(1.046)	296	106
• Subvenções – Incentivos Fiscais	(9.433)	(3.396)	(18.514)	(6.665)
• JSCP – Investimento (-)	12.385	4.459	-	-
• Diferimento de tributação sobre venda de Ativo Permanente	(52.164)	-	-	-
• Realização da amortização do deságio	29.374	10.574	-	-
• Efeito ajustes CPC's (RTT)	(11.212)	(4.036)	(654.402)	(235.585)
• Outras adições e exclusões líquidas	(8.414)	2.483	6.451	4.626
Imposto de renda e contribuição social do período	954.142	368.330	1.052.997	381.383
Ajuste das provisões para IRPJ e CSLL de períodos anteriores	4.288	1.251	(974)	(372)
Imposto de renda e contribuição social acumulado	958.430	369.581	1.052.023	381.011

A alíquota efetiva é a seguinte:			R\$ mil		
		31/12/2010	31/12/2009		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.158.452	7.607.222			
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.328.011	1.433.034			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	161.406	398.162			
Total	1.489.417	1.831.196			
Alíquota efetiva	28,87%	24,07%			

O saldo a pagar está assim demonstrado:			R\$ mil		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	
Impostos e contribuições sobre o lucro:					
• Provisão					
Imposto de renda	954.142	1.052.997	1.036.520		
Contribuição social	368.330	381.383	377.109		
	1.322.472	1.434.380	1.413.629		
• Antecipações					
Imposto de renda	(698.543)	(434.921)	(979.163)		
Contribuição social	(274.634)	(158.868)	(356.433)		
	(973.177)	(593.789)	(1.335.596)		
Imposto e contribuição a recolher	349.295	840.591	78.033		

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:			R\$ mil		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	
IRPJ/CSLL pagos a maior em anos anteriores	-	404	-	-	
IRRF sobre renda fixa	120.935	313.112	45.820		
IRRF sobre renda variável	112	12.602	622		
IRRF – Juros sobre o capital próprio	132.968	81.800	137.383		
Antecipações – Incentivo Audiovisual	6.072	5.040	4.200		
Outros	1.272	1.272	1.657		
Total	261.359	414.230	189.682		
Circulante	261.359	414.230	189.682		
Não-Circulante	-	-	-		
Total	261.359	414.230	189.682		

13.2 Créditos tributários			R\$ mil		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	
• Composição do crédito diferido (posição ativa) :					
Amortização de ágio	58.044	79.254	71.243		
Créditos baixados como prejuízo	13.313	28.375	27.891		
Provisão para despesas médicas - FAMS	7.631	-	-		
Provisão para desvalorização de títulos	201.823	208.508	142.558		
Provisões trabalhistas e cíveis	183.490	184.614	166.062		
Permuta de títulos e valores mobiliários	-	302.903	218		
Provisão para participação dos empregados no lucro	15.708	5.868	5.319		
Programa de desligamento planejado de funcionários	6.718	10.670	10.267		
Derivativos – Opções	164.413	-	-		
Total	651.140	820.192	423.558		

• Composição dos impostos diferidos: (posição passiva)			R\$ mil		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	
Amortização de deságio	(8.054)	(8.054)	(8.054)		
Ganho de capital s/venda de ativo permanente a longo prazo	(52.164)	-	-		
Ajuste a valor de mercado - Instrumentos Financeiros	(155.427)	(214.838)	(94.936)		
Ganho por compra vantajosa	(349.928)	(402.602)	-		
Baixa de deságio (CPC)	(437.344)	(477.293)	(205.002)		
Derivativos - Opções	(92.224)	-	-		
Sub-total	(1.095.141)	(1.102.787)	(307.992)		
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:					
IRPJ e CSLL	(15.152.814)	(17.863.913)	(8.577.639)		
Sub-total	(15.152.814)	(17.863.913)	(8.577.639)		
Total das obrigações diferidas	(16.247.955)	(18.966.700)	(8.885.631)		

De acordo com a Deliberação CVM n.º 599/09 foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos sobre as adições e exclusões temporárias que serão futuramente dedutíveis e tributáveis nas bases de cálculo de imposto de renda e contribuição social. Até esta data, a Sociedade tem orçamentos e expectativas de geração de lucros tributáveis apenas para o futuro previsível. Não existe previsibilidade de compensação de ativos/passivos após 5 anos. Em 31 de dezembro de 2010 a contrapartida das provisões de imposto de renda e contribuição social diferido foi:

			R\$ mil		
		31/12/2010	31/12/2009		
Imposto de Renda	(132.890)	(292.766)			
Contribuição Social	(28.516)	(105.396)			
Total	(161.406)	(398.162)			

Basicamente os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, têm a seguinte origem:

a) Créditos baixados como prejuízo: referem-se à provisão constituída em operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis que estão inadimplentes há mais de 360 dias ou que tiveram seus contratos declarados vencidos antecipadamente por falta de atendimento às cláusulas contratuais. Tais créditos podem estar em cobrança amigável pela área de recuperação de créditos ou, em caso de insucesso, em cobrança judicial.

b) Provisões trabalhistas e cíveis: referem-se às ações trabalhistas (Nota 14.a) e cíveis (Nota 14.b).

c) Provisão sobre a desvalorização de títulos: participações acionárias avaliadas pelo custo de aquisição ou pelo método de equivalência patrimonial.

d) Amortização de ágios: ágio decorrente da subscrição de ações em dinheiro, conversão de debêntures ou permuta de ações ou créditos.

e) Permuta de títulos e valores mobiliários: refere-se ao crédito tributário constituído para compensar o efeito do imposto de renda e contribuição social pagos sobre o ganho não realizado entre o valor de mercado e o valor contábil, proveniente da operação de permuta de títulos e valores mobiliários. A realização destes créditos está vinculada à alienação dos respectivos títulos.

f) Programa de desligamento planejado de funcionários: estimativa de custos com plano para incentivar a aposentadoria de funcionários ativos que atendam as condições para aposentadoria por tempo de serviço (Nota 20).

g) Derivativos – Opções: refere-se ao valor justo de opções atreladas à ações pertencentes à carteira de investimentos.

h) Provisão para despesas médicas – FAMS: refere-se à provisão para despesas com assistência médica, contabilizada conforme Deliberação CVM Nº 600/09.

(continuação)

Em relação às obrigações tributárias diferidas, decorrentes de diferenças temporárias, têm origem, basicamente, de:

- Ajuste a valor de mercado – Instrumentos Financeiros: refere-se à marcação a mercado de debêntures, de títulos classificados como disponíveis para venda e de outros investimentos em coligadas cuja influência foi perdida;
- Ganho por compra vantajosa: receita reconhecida na aquisição de coligadas em função dos valores justos proporcionais dos ativos líquidos dessas coligadas serem superiores às contraprestações transferidas em troca das ações dessas sociedades investidas;
- Baixa do deságio – CPC: deságios apurados antes de 2009 e baixados em decorrência da adoção inicial dos CPC's.

Os créditos tributários e obrigações tributárias sobre adições e exclusões temporárias são realizados quando do pagamento, utilização, reversão, alienação ou baixa das diferenças relacionadas. A demonstração dos valores constituídos e baixados no período está evidenciada a seguir:

	31/12/2009	Constituição	Realização	31/12/2010
Créditos tributários:				
.Provisão para desvalorização de títulos	208.508	49.094	(55.779)	201.823
.Créditos baixados como prejuízo	28.375	5.871	(20.933)	13.313
.Amortização de ágios	79.254	10.130	(31.340)	58.044
.Provisão para despesas médicas – FAMS	-	7.631	-	7.631
.Provisões trabalhistas e cíveis	184.614	2.539	(3.663)	183.490
.Provisão para participação dos empregados no lucro	5.868	15.708	(5.868)	15.708
.Programa de desligamento planejado de funcionários	10.670	-	(3.952)	6.718
.Permuta de títulos e valores mobiliários	302.903	-	(302.903)	-
.Derivativos - Opções	-	164.413	-	164.413
Total	820.192	255.386	(424.438)	651.140
Obrigações tributárias:				
.Amortização de deságio	(8.054)	-	-	(8.054)
.Ganho de capital s/ venda de ativo permanente à longo prazo	-	(52.164)	-	(52.164)
.Ajuste a valor de mercado de debêntures – Instrumentos Financeiros	(214.838)	(537.337)	596.748	(155.427)
.Ganho por compra vantajosa	(402.602)	-	52.674	(349.928)
.Baixa de Deságio (CPC)	(477.293)	-	39.949	(437.344)
.Derivativos - Opções	-	(92.224)	-	(92.224)
Sub-total	(1.102.787)	(681.725)	689.371	(1.095.141)
Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:				
IRPJ e CSLL	(17.863.913)	-	2.711.099	(15.152.814)
Sub-total	(17.863.913)	-	2.711.099	(15.152.814)
Total	(18.966.700)	(681.725)	3.400.470	(16.247.955)

O montante de créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 104.728 mil (R\$ 73.695 mil em 31 de dezembro de 2009). Este valor refere-se, basicamente, à créditos baixados como prejuízo e à provisão para despesas médicas – FAMS.

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos e das obrigações tributárias:

	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	Total
. Créditos tributários							
Provisão para desvalorização de títulos	173.551	822	6.755	7.586	7.585	5.524	201.823
Créditos baixados como prejuízo	9.851	-	3.075	-	387	-	13.313
Amortização de ágios	11.471	814	538	1.052	9.214	34.955	58.044
Programa de desligamento planejado de funcionários	2.561	4.157	-	-	-	-	6.718
Provisão para participação dos empregados no lucro	15.708	-	-	-	-	-	15.708
Provisão para despesas médicas – FAMS	1.423	1.463	1.536	1.583	1.626	-	7.631
Provisões trabalhistas e cíveis	1.982	856	613	205	179.834	-	183.490
Derivativos – Opções	-	-	-	164.413	-	-	164.413
Sub-total	216.547	8.112	12.517	174.839	198.646	40.479	651.140
. Obrigações Tributárias (posição passiva):							
Amortização de deságios	-	-	-	-	-	(8.054)	(8.054)
Ganho de capital s/ venda de ativo permanente à longo prazo	-	-	-	-	-	(52.164)	(52.164)
Ajuste a valor de mercado de debêntures – Instrumentos Financeiros	-	-	-	-	-	(155.427)	(155.427)
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	-	-	(349.928)	(349.928)
Baixa de Deságio (CPC)	-	-	-	-	-	(437.344)	(437.344)
Derivativos - Opções	-	-	-	-	-	(92.224)	(92.224)
Sub-total	-	-	-	-	-	(1.095.141)	(1.095.141)
. Obrigações diferidas sobre marcação a mercado de títulos disponíveis para venda:							
IRPJ / CSLL	(16.418)	-	-	-	-	(15.136.396)	(15.152.814)
Sub-total	(16.418)	-	-	-	-	(15.136.396)	(15.152.814)
Total das obrigações diferidas	(16.418)	-	-	-	-	(16.231.537)	(16.247.955)

14. Provisões trabalhistas e cíveis

A BNDESPAR é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Basicamente, o Pronunciamento requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação das ações é a seguinte:

Risco Mínimo – são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco Médio – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco Máximo – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instância, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pelo Banco com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

Critérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Consequência Contábil
Risco mínimo	Remota	N/A
Risco médio	Possível	Divulgar
Risco máximo	Provável	Provisionar 100%

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis da BNDESPAR, sendo divulgados apenas quando a administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, são as seguintes:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Processos trabalhistas			
Processos trabalhistas	10.681	10.040	7.474
Processos cíveis	530.176	534.705	480.942
Total	540.857	544.745	488.416
Circulante			
Não Circulante	5.830	5.420	5.017
Total	535.027	539.325	483.399
Total	540.857	544.745	488.416

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 19 processos judiciais em andamento, que se referem, basicamente, a processos relativos à horas extras pré-contratadas (extinta quando do advento da Lei nº 10.566/2002) e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Collor).

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões trabalhistas no período:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldo no início do exercício	10.040	7.474	6.320
Pagamentos	(2.204)	(3.832)	(626)
Constituição (reversão) líquida	2.845	6.398	1.780
Saldo no final do exercício	10.681	10.040	7.474

Em 31 de dezembro de 2010, existem 3 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 640 mil (R\$ 622 mil em 31 de dezembro de 2009).

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 2 processos, sendo que os principais pleitos versam sobre indenizações referentes a alienações do controle de empresas no âmbito do Programa Federal de Desestatização ou privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do PND, além daquelas acerca de questões contratuais.

Um dos principais pleitos refere-se a uma ação ajuizada em 1995, decorrente de um leilão de privatização ocorrido em 1989, onde a sentença de 1º grau em favor da BNDESPAR foi reformada, estando pendente o julgamento dos recursos interpostos.



(continuação)

A movimentação na rubrica de provisões cíveis foi a seguinte:

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldo no início do exercício	534.705	480.942	454.137
Constituição (reversão) líquida	(4.529)	53.763	26.805
Saldo no final do exercício	530.176	534.705	480.942

Em 31 de dezembro de 2010, existem 6 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 572.168 mil (R\$ 461.989 mil em 31 de dezembro de 2009) .

15. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 46.304.356 mil, e está representado por uma única ação ordinária nominativa, sem valor nominal, pertencente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

A Diretoria do BNDES, por meio da Decisão n.º 2.111/2010, de 30 de dezembro de 2010, aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 15.600.000 mil e por meio da conversão em capital de créditos detidos pelo BNDES contra a BNDESPAR. Em 2009, a Diretoria do BNDES, por meio das Decisões n.º 690/2009, de 11 de agosto de 2009, e n.º 1.534/2009, de 10 de novembro de 2009, aprovou o aumento de capital nos montantes de R\$ 8.300.000 mil e R\$ 12.000.000 mil, respectivamente, por meio da conversão em capital de créditos detidos pelo BNDES contra a BNDESPAR.

Está em curso um aumento de capital proveniente da destinação do lucro líquido dos exercícios de 2009 e 2008, nos valores de R\$ 2.753.596 mil e R\$ 2.341.196 mil respectivamente; e dos lucros acumulados remanescentes de exercícios anteriores de R\$ 29.714 mil, totalizando R\$ 5.124.506 mil. A incorporação ao capital será efetivada após ter sido aprovada pelo Ministério da Fazenda e publicada no Diário Oficial da União, nos termos do Decreto n.º 2.673 de 16 de julho de 1998.

A destinação dos resultados de 2010 e 2009 está descrita a seguir:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Resultado do exercício	3.669.035	3.952.376
Ajuste de exercícios anteriores (1)	2.143.370	-
Valores destinados	5.812.405	3.952.376
Destinações		
Reserva legal - 5% (2)	290.620	197.619
Reserva de incentivos fiscais	37.731	83.296
Reserva para compatibilização de práticas contábeis	1.551.864	-
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (3)	983.048	917.865
Dividendos complementares / Incorporação ao capital (4)	2.949.142	2.753.596

(1) Ajuste decorrente da aplicação de pronunciamentos do CPC.
(2) Limitado a 20% do capital social, ou , a critério do BNDES, quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.
(3) 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da reserva para compatibilização de práticas contábeis.
(4) Parcela adicional ao dividendo mínimo obrigatório, registrado na rubrica “Dividendos adicionais propostos” no patrimônio líquido, conforme ICPC 08.

Os dividendos do exercício de 2009, equivalentes a R\$ 917.865 mil, foram pagos em março de 2010.

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/07, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros. Em 2010, para esta reserva a BNDESPAR constituiu R\$ 37.731 mil.

Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis

Foi constituída Reserva para Compatibilização de Práticas contábeis, no montante dos lucros ou ajustes de exercícios anteriores originados pela aplicação de padrões contábeis daqueles utilizados pelo acionista único – BNDES, conforme previsto no Item III, art 25 do Estatuto da Companhia.

Ajustes de avaliação patrimonial

São contabilizadas as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, líquidas de efeitos tributários, em decorrência de sua avaliação a valor justo. A composição dos ajustes encontra-se a seguir:

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Mensuração a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como títulos disponíveis para venda (1)	29.414.578	34.676.967	16.805.736
Ajuste acumulado de conversão de coligadas	(81.281)	230	4.684
Outros resultados abrangentes	(129.935)	(335.285)	-
Total	29.203.362	34.341.912	16.810.420

(1) Ajuste ao valor de mercado da carteira de participações acionárias classificadas como disponível para venda conforme pronunciamento contábil n.º 38, emitido pelo CPC e recepcionado pelos normativos do Banco Central do Brasil através das Circulares n.º 3.068/2001 e 3.082/2002.

As empresas concessionárias de serviços públicos, não adotaram integralmente os CPC até a data-base utilizada para equivalência patrimonial, especialmente a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, bem como não retratam possíveis efeitos da aplicação da OCPC 05 – Contratos de Concessão, aprovada pela Deliberação CVM nº 657/10, de 28 de dezembro de 2010.

16. Partes Relacionadas

A BNDESPAR tem relacionamento e transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico n.º 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Deliberação n.º 560/08 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

16.1 Transações com o controlador

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir e as condições descritas na nota 11.1:

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativo			
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários			
Moeda nacional	91.770	2.244.520	2.240.652
Passivo			
Operações de repasses			
Moeda nacional	11.642.000	6.814.107	16.876.578
Moeda estrangeira	49.430	63.576	94.931
	11.691.430	6.877.683	16.971.509
	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Receitas:			
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários			
Moeda nacional	38.931	152.129	203.995
Despesas:			
Operações de repasses			
Moeda nacional	(990.696)	(1.340.253)	(982.458)
Moeda estrangeira	(1.846)	18.942	(33.057)
	(992.542)	(1.321.311)	(1.015.515)

16.2 Transações com o Tesouro Nacional – acionista único do BNDES

As condições das transações estão descritas na nota 10 e estão resumidas a seguir:

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivo			
Operações de repasses	2.584.529	2.354.519	2.141.457
	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Despesas:			
Operações de repasses	(230.010)	(213.062)	(237.458)

16.3 Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, a BNDESPAR mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Eletrobrás e Petrobras.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ativos			
Fundos e debêntures	1.345.022	3.950.650	675.138
Provisões	-	(2)	-

16.4 Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

As transações com o Plano de aposentadoria e pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na nota 18:

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Passivo			
Contas a pagar - FAPES – Previdência	119.356	115.487	112.245
Passivo atuarial - FAMS – Assistência	117.891	107.184	120.700
	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Despesas:			
Plano de Previdência	(21.260)	(15.211)	(17.402)
Plano de Assistência	(10.708)	(10.599)	(12.220)

16.5 Transações com coligadas

A BNDESPAR possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na nota 10.2. Além dos aportes de capital nas investidas e o recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Transações com coligadas	-	24.621	-
Provisões	-	(7)	-

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes, em relação às demais, nos resultados e na posição financeira da Sociedade.

(continuação)

16.6 Remuneração de empregados e dirigentes

A BNDESPAR não concede empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A BNDESPAR também não possui remuneração baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios para seu pessoal-chave da Administração. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da empresa.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão da BNDESPAR são apresentados como segue:

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Benefícios de curto prazo:			
Salários e encargos	500,73	500,48	452,81

Estão destacadas abaixo as remunerações pagas a administradores e empregados:

	R\$ mil					
	No ano					
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário (*)	4,95	41,21	4,60	38,34	4,32	36,00
Menor Salário (*)	4,60	1,69	4,32	5,94	3,95	4,60
Salário (*) Médio	4,72	20,57	4,42	21,22	4,07	18,36

(*) remuneração contratual

17. Resultado para perda com crédito

Composição da receita com reversão de provisão para risco de crédito:

	R\$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Reversão (constituição) líquida sobre debêntures	(266)	(76)
Reversão (constituição) líquida sobre venda a prazo de títulos e valores mobiliários	11.525	(1.450)
Reversão (constituição) sobre direitos recebíveis	(25.281)	1.562
Recuperação de créditos baixados do ativo	49.009	4.143
Despesa líquida apropriada	34.987	4.179

18. Obrigações de benefícios de aposentadoria

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contas a pagar - FAPES	119.356	115.487	112.245
Passivo atuarial - FAMS	117.891	107.184	97.967
Total	237.247	222.671	210.212
Circulante			
Contas a pagar - FAPES	5.326	4.472	3.943
Passivo atuarial - FAMS	4.186	3.971	3.653
	9.512	8.443	7.596
Não Circulante			
Contas a pagar - FAPES	114.030	111.015	108.302
Passivo atuarial - FAMS	113.705	103.213	94.313
	227.735	214.228	202.615

18.1 Plano de aposentadoria complementar

A FAPES (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES) é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A FAPES tem plano de benefícios definidos e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Os patrocinadores devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pela reavaliação atuarial, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B).

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do plano de aposentadoria complementar:

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Valor presente das obrigações atuariais	1.147.360	969.476	838.062
Valor justo dos ativos do plano	(1.049.754)	(993.927)	(768.192)
Valor presente das obrigações não fundeadas / (excesso de cobertura)	97.606	(24.451)	69.870
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidos	(98.843)	37.183	-
(Ativo) / Passivo atuarial	(1.237)	12.732	69.870
Limite dos ativos	1.237	-	-
Passivo atuarial antes da Interpretação A (*)	-	-	-
Passivo adicional - Interpretação A (*)	119.356	102.755	42.375
Passivo líquido	119.356	115.487	112.245

(*) A Interpretação A (Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Fundamento Mínimo e sua Interação), que corresponde ao IFRIC 14 do IASB, é parte do integrante do Pronunciamento CPC 33 (Deliberação 600/2009).

Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	R\$ mil		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contratos de 2002 (a)	87.484	82.915	79.109
Contratos de 2004 (b)	31.872	32.572	33.136
Total	119.356	115.487	112.245
Circulante	5.326	4.472	3.943
Não Circulante	114.030	111.015	108.302
Total	119.356	115.487	112.245

- (a) Refere-se ao acordo entre as empresas do sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei nº 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que prevêem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.
- (b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do Banco Central do Brasil - BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	R\$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do período	969.476	773.319
Custo do serviço corrente	8.375	9.980
Custo de juros	95.860	99.208
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	135.402	146.069
Benefícios pagos	(61.753)	(59.100)
Saldo no final do período	1.147.360	969.476

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	R\$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do período	993.927	757.406
Retorno esperado dos ativos do plano	99.465	92.025
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	(624)	183.252
Contribuições recebidas do empregador	15.755	17.107
Contribuições recebidas dos participantes do plano	2.984	3.237
Benefícios pagos	(61.753)	(59.100)
Saldo no final do período	1.049.754	993.927

A BNDESPAR espera contribuir com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para o próximo ano, em aproximadamente R\$ 18.919 mil.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

	R\$ mil	
	Acumulado	
	31/12/2010	31/12/2009
Custo do serviço corrente	8.375	9.980
Custo de juros	95.860	99.208
Retorno esperado dos ativos do plano	(99.465)	(92.024)
Ganhos (Perdas) atuariais (*)	-	-
Total	4.770	17.164

(*) Não houve reconhecimento no resultado do período de ganho ou perda atuarial em virtude do saldo de 31 de dezembro de 2009 situar-se dentro do corredor.

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas mesmas expectativas de atualização do passivo, utilizando juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B). As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Em (%)	
	31/12/2010	31/12/2009
Fundos multimercados	80,2	81,6
Ações	5,6	5,6
Investimentos imobiliários	5,7	6,2
Outros	8,5	6,6
Total	100,0	100,0

A resolução CGPC nº 28/2009, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. Tais modificações afetaram a forma de apresentação dos ativos do plano, e por essa razão, as principais categorias de ativos do plano foram apresentadas dessa forma. A resolução CGPC nº 28/2009 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

O retorno real sobre os ativos do plano acumulado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 98.841 mil (R\$ 275.276 mil em 31 de dezembro de 2009).



(continuação)

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2010 para os próximos três anos:

	R\$ mil
2011	78.525
2012	82.058
2013	85.751

18.2 Plano de assistência médica

A BNDESPAR, na qualidade de subsidiária integral do BNDES, patrocina o FAMS (Fundo de Assistência Médica e Social), criado com a finalidade precípua de oferecer aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou similares aos do INSS. Tais benefícios, que incluem assistência médico-hospitalar e odontológica nos sistemas de escolha dirigida ou livre escolha, são assegurados aos empregados desde 1976 e amparados pela Resolução nº 933/98 da Diretoria do BNDES, extensiva às suas subsidiárias.

Os participantes beneficiários do FAMS são empregados ativos e aposentados do BNDES e de suas subsidiárias, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do participante, direito ao benefício por um período de até 24 meses.

O FAMS recebe dotação de recursos da BNDESPAR para a consecução dos seus objetivos. Estes recursos são administrados pela FAPES - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES, que também é responsável pela elaboração do orçamento anual e detalhamento dos custos operacionais necessários ao FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela BNDESPAR com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

Em 31 de dezembro de 2010, com base na atualização da avaliação atuarial efetuada por atuário externo, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes

	31/12/2010	31/12/2009
Valor presente das obrigações não fundeadas	162.079	130.380
Perdas atuariais não reconhecidas	(44.188)	(23.196)
Passivo líquido	117.891	107.184

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do período	130.380	97.967
Custo do serviço corrente	1.448	1.416
Custo de juros	13.006	11.772
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	23.252	23.196
Benefícios pagos	(6.007)	(3.971)
Saldo no final do período	162.079	130.380

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2010	31/12/2009
Custo do serviço corrente	1.448	1.416
Custo de juros	13.006	11.772
Ganhos (Perdas) atuariais líquidos reconhecidos	2.260	-
Total	16.714	13.188

A BNDESPAR espera contribuir com o plano de assistência médica, para o próximo ano, em aproximadamente R\$ 7.298 mil.

A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo do serviço corrente e do custo de juros	2.259	(1.852)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	24.832	(20.409)

18.3 Hipóteses atuarias e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 agravada em 100%	AT 49 agravada em 100%
Invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Índice de aumento real esperado para os salários dos ativos	Grupo técnico (2,9546%a.a.) e Grupo de apoio (2,4426%a.a.)	Grupo técnico (2,9546%a.a.) e Grupo de apoio (2,4426%a.a.)
Taxa de desconto nominal	10,4909% a.a	11,1828% a.a
Taxa de inflação	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,4909% a.a	11,1828% a.a
Taxa real de tendência dos custos médicos	5% a.a.	5% a.a.

19. Outros benefícios a empregados

A BNDESPAR concede aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Vale-transporte	79	50	71
Vale-refeição	7.223	3.599	1.250
Assistência Educacional	2.195	1.237	39
Total	9.497	4.886	1.360

20. Programa de desligamento planejado de funcionários

Após a decisão do STF, que determinou que a aposentadoria espontânea do empregado não extingue automaticamente o contrato de trabalho, verificou-se que um grande contingente de empregados permaneceu no Banco mesmo em percepção do benefício de aposentadoria, comprometendo, assim, a esperada renovação do quadro funcional.

Objetivando esta renovação do quadro de pessoal, sem prejuízo da transmissão de suas experiências para os demais, foi aprovado no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho, o Programa de Desligamento Planejado que incentiva a saída dos empregados que atendem as condições para a aposentadoria por tempo de serviço, integral ou antecipada.

Segundo estimativa da FAPES, até dezembro de 2012, 230 empregados estarão aptos a aderir ao Programa, o que corresponde, aproximadamente, a 7,8% do efetivo de pessoal próprio do Sistema BNDES, atual.

O desembolso estimado restante, em 31 de dezembro de 2010, como consequência da implementação do programa é de aproximadamente R\$ 19.757 mil. Para os próximos 12 meses estima-se um desembolso de R\$ 7.531 mil.

21. Instrumentos financeiros: derivativos embutidos, derivativos simples

Em razão da execução do objetivo social da BNDESPAR, são estruturadas operações de investimentos em participações societárias que resultam na geração de derivativos embutidos nos contratos de debêntures. Esses derivativos não têm finalidade de proteção patrimonial (hedge) e nem são instrumentos financeiros derivativos especulativos. Estes derivativos são opções de conversão ou permuta dessas debêntures em ações. Portanto esses derivativos não oferecem nenhum risco de perda a BNDESPAR. Foram aplicados os pronunciamentos técnicos do CPC emitidos em 2009, que tratam da matéria, em conformidade com a Deliberação CVM nº 603/2009. Dessa forma, foram aplicados o CPC nº 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração), o CPC nº 39 (Instrumentos Financeiros: Apresentação) e o CPC nº 40 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação), os quais requerem a mensuração e o registro, destes derivativos, a valor justo. Essas debêntures foram designadas ao valor justo através do resultado (Nota 7.3.4).

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Debêntures conversíveis / permutáveis em ações listadas em bolsa	10.448.439	6.628.028	3.666.338
Debêntures conversíveis / permutáveis em ações não listadas em bolsa	1.595.897	1.846.889	1.630.628
Total	12.044.336	8.474.917	5.296.966

A BNDESPAR é signatária de contratos de opções estruturadas nas operações de investimentos em renda variável conforme demonstrado a seguir:

Derivativos	Tipo	Metodologia de precificação	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Opção de compra de ações (passivo)	Opção americana	Black-Scholes / Merton	(483.569)	(894.284)	-
Opções de venda de ações (ativo)	Opção européia	Black-Scholes / Merton	229.902	-	-
Opções de resgate de ações (ativo)	Opção européia	Black-Scholes / Merton	41.346	-	-
			271.248	-	-

A Administração não identificou nenhuma operação de risco de mercado considerada relevante que pudesse gerar prejuízos materiais para a Sociedade.

(continuação)

22. Gerenciamento de risco e análise de sensibilidade

Gerenciamento de risco

Um adequado gerenciamento de riscos e um eficaz sistema de controles internos são essenciais para que a BNDESPAR possa cumprir sua missão com eficiência, em conformidade com os normativos internos e externos e de acordo com os objetivos estabelecidos pela Alta Administração.

Por constituir subsidiária integral, a gestão dos riscos da BNDESPAR é realizada no âmbito do Sistema Consolidado BNDES, além da gestão gerencial dos riscos da própria empresa. Sendo o Sistema Consolidado BNDES uma Instituição Financeira, a gestão obedece aos critérios e exigências do Banco Central do Brasil.

O monitoramento regulamentar do risco da BNDESPAR inclui: 1) o acompanhamento valor de mercado de toda a sua carteira, para fins do "Demonstrativo de Risco de Mercado" (DRM); 2) a constituição de parcela de capital regulamentar para fazer frente aos riscos de crédito, mercado e operacional, no "Demonstrativo de Limites Operacionais" (DLO); 3) o monitoramento das exposições cambiais e do risco de juros, presentes no "Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e dos Limites Operacionais" (DDR); e 4) a avaliação do Risco de Liquidez, através do "Demonstrativo de Risco de Liquidez" (DRL). O monitoramento do capital regulamentar do Sistema BNDES é feito em unidade específica, segmentada de atividades operacionais, denominada Área de Gestão de Riscos – AGR.

A AGR é composta pelos Departamentos de Controles Internos, Gestão de Risco de Crédito, Gestão de Risco de Mercado, Gestão de Risco Operacional e uma Gerência Executiva Jurídica que responde, em linhas gerais, pelas seguintes atribuições:

- Definir e propor ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o BNDES e suas subsidiárias;
- Monitorar os níveis de exposição a riscos;
- Analisar e monitorar os requerimentos de capital regulatório;
- Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do BNDES e de suas subsidiárias;
- Avaliar a qualidade dos controles internos existentes no Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento; e
- Disseminar cultura de controles internos e de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES;

Adicionalmente, cabe destacar o papel exercido pelo Comitê de Gestão de Riscos – CGR. Trata-se de um colegiado composto pelo Presidente, Vice-Presidente e Diretores do BNDES, que se reúne mensalmente e tem como atribuição avaliar e se posicionar a respeito de questões que envolvam a gestão de riscos e os controles internos.

Risco de mercado e liquidez

O risco de mercado é o risco de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela Instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – 'descasamentos' entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da Sociedade, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Política Corporativa de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez do BNDES e de suas subsidiárias define o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos da instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A gestão de risco de mercado monitora a parcela de requerimento de capital resultante da carteira de negociação e de não negociação, de modo a garantir a adequação dos riscos inerentes a essas operações em níveis compatíveis com o padrão de risco a ser assumido pela instituição.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e freqüente ou destinadas a hedge e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem.

A carteira de negociação da BNDESPAR é formada por fundos de investimentos geridos pela distribuidora de títulos e valores mobiliários do Banco do Brasil (BBDTVM) e por recursos aplicados diretamente junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. A carteira de negociação tem como maior parte, em sua composição, títulos públicos, com rentabilidade atrelada ao percentual do DI, o que se traduz em parcelas de risco de mercado com valores relativamente baixos, quando comparado às demais parcelas que compõe o Patrimônio de Referência Exigido da Sociedade.

A carteira não designada para negociação corresponde, basicamente, às operações de financiamento realizadas pela Sociedade, suas captações, títulos públicos e títulos privados. Essa carteira inclui riscos de taxa de juros e câmbio. Além disso, existe risco de ações decorrentes dos investimentos do Sistema BNDES em renda variável.

Técnicas de mensuração do risco de mercado

As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

(a) Valor em Risco ("Value at Risk")

O VaR é uma métrica de risco baseada em estatística de perdas potenciais para as carteiras de investimento, devido a mudanças adversas nas variáveis do mercado. Ele expressa o valor máximo que a BNDESPAR pode perder, levando em conta um nível de confiança de 99%. Existe, portanto, uma probabilidade de 1% de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um período de manutenção das posições de 10 dias. Além disso, pressupõe também que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 10 dias anteriores. O VaR é utilizado para a mensuração de risco das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real.

(b) "Maturity Ladder"

A "Maturity Ladder" é uma métrica de mensuração de risco que consiste em dividir os prazos dos fluxos financeiros em uma série de vértices, agrupadas em zonas de maturidade. Esses vértices e zonas são assim selecionados para que sejam apuradas diferenças de sensibilidade e volatilidade das taxas perante as diferentes maturidades. A "Maturity Ladder" é utilizada para mensurar o risco de mercado das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras e à variação das taxas dos cupons de índices de preços.

(c) "Net Interest Income"

A variação da "Net Interest Income" (NII) é uma medida de risco que consiste na apuração da possibilidade de perdas esperadas na receita líquida de juros da instituição. Para tanto, é utilizado um "GAP" para a carteira não classificada para negociação, nos registros de operações da BNDESPAR. A análise de GAP mensura a exposição a risco de taxa de juros aplicável estritamente às operações com instrumentos de renda fixa. Esta metodologia consiste na apuração das perdas esperadas na receita líquida de juros utilizando-se análise de GAP e choques nos fatores de risco da carteira para holding period de 1 ano.

(d) Testes de estresse

Os Testes de estresse proporcionam uma indicação do volume potencial de perdas que poderia surgir em situações extremas de mercado. Para a carteira de negociação, os testes de estresse são realizados pelo Gestor dos Fundos (BB DTVM), em que a BNDESPAR tem participação e são monitorados pelo Departamento de Risco de Mercado. Para a carteira não designada para negociação, são realizados, mensalmente, testes de estresse para risco de taxa de juros.

Análise de sensibilidade sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução Normativa da CVM n.º 475/08 e Deliberação CVM n.º 604/09.

Apresentamos, nesta nota, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros constantes nas operações da BNDESPAR, incluindo os derivativos, que descreve os riscos inerentes a estas operações, e que podem gerar perdas financeiras para a Companhia.

Os ativos constantes nos registros contábeis da BNDESPAR compreendem, principalmente: as operações de renda fixa da carteira bancária cujo objetivo é a manutenção até os respectivos vencimentos e as operações de renda variável, que em sua maioria estão classificadas como disponíveis para venda. As operações do passivo encontram-se na carteira bancária e se resumem a captações em renda fixa cujo objetivo é a manutenção até os respectivos vencimentos.

Na elaboração da análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas nas normas supracitadas:

- i) identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- ii) definição de um cenário provável, nos termos da Deliberação CVM n.º 604/09, do comportamento do risco que é referenciado por fonte externa independente para o prazo de 1 ano;
- iii) definição de dois cenários adicionais, nos termos da Instrução da CVM n.º 475/08, com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III);
- iv) apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e seus reflexos no resultado e no patrimônio líquido; e
- v) O cenário provável e os de estresse (I e II) foram comparados com o cenário atual para cada tipo de instrumento financeiro.

Para o cálculo da análise de sensibilidade das operações em renda fixa e de taxa de câmbio, o cenário provável, avaliado internamente, considera a expectativa de comportamento das taxas nos próximos 12 meses, podendo ocasionar ganhos ou perdas para a instituição. Os cenários II e III aplicam os choques de 25 e de 50% (na direção da perda) sobre dados de mercado, com posição em 31/12/2010.



(continuação)

O cenário provável para as operações de renda variável (ações) foi calculado com base no beta da carteira e em avaliações internas para determinação da taxa livre de risco de um ano e do prêmio de risco de mercado, utilizando para tal o modelo CAPM (Capital Asset Pricing Model). O valor da carteira de ações em 31/12/2010 foi utilizado como base do cenário atual. Foram excluídas da análise as ações que são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

Vale ressaltar que, as metodologias adotadas para cumprimento da Deliberação CVM n.º 604/09 e da Instrução da CVM n.º 475/08 são distintas daqueles observados nas práticas de gestão de risco de mercado utilizadas pela BNDESPAR.

A companhia possui, ainda, em sua carteira de instrumentos financeiros debêntures com derivativos embutidos que foram designadas ao valor justo. Para estas debêntures com derivativos embutidos a administração entende que as perdas potenciais indicadas nos exercícios de deterioração da variável de risco considerada na análise de sensibilidade, em atendimento à Instrução CVM n 475/2008, não refletem adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela BNDESPAR, não correspondem a possíveis ônus financeiros sobre o fluxo de caixa da Companhia, nem representam impactos possíveis de ocorrer no resultado da companhia, tendo em vista que:

- Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco considerada isoladamente, inviabilizando a análise conjunta de resultados de choques simultâneos;
- No que tange às debêntures conversíveis/permutáveis, no caso de não exercício da opção de conversão/permuta, a BNDESPAR permanecerá com a renda fixa das debêntures, recebendo a remuneração e/ou retorno do principal advindo de tal título;
- Os derivativos objeto da presente análise de sensibilidade, se considerados isoladamente ao longo de todo período de sua existência, produzem impacto nulo a longo prazo no resultado, uma vez que, no momento inicial, quando da subscrição das debêntures ou das ações a eles vinculadas, possuem valor justo igual a zero, sem qualquer desembolso correspondente a título de prêmio (o valor desembolsado é totalmente atribuído na ocasião ao instrumento principal adquirido) e, ao longo dos períodos que se sucedem, geram uma "receita", à medida em que seu valor justo aumenta, e uma "despesa", à medida em que seu valor justo diminui, até tornar-se novamente nulo, pelo seu eventual não exercício, ou ser baixado na íntegra, pelo seu exercício, de maneira que a perda apurada em determinado período não representa perda financeira, da mesma forma que o ganho não representa ingresso de recursos;
- No que se refere às opções de venda detidas e opções de compra de ações cedidas pela BNDESPAR, os impactos das exposições financeiras não representam potencial prejuízo para a Companhia, uma vez que, sob o ponto de vista econômico, a deterioração do valor de tais opções é compensada pela apreciação do valor de mercado das respectivas ações subjacentes já presentes na carteira da BNDESPAR, constituindo uma espécie de "hedge natural";
- Os derivativos existentes na carteira da BNDESPAR não representam risco de mercado relevante para a Companhia, haja vista que essas posições são originadas naturalmente no âmbito das operações de apoio financeiro do Banco por intermédio de instrumentos de renda variável.

Os seguintes critérios foram definidos para a elaboração da presente análise, para fins da divulgação do risco de mercado dos instrumentos supracitados, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Considerando que:

- Dentre os riscos de mercado que podem impactar o valor justo das debêntures designadas a valor justo via resultado e dos derivativos ligados a participações acionárias da BNDESPAR (como taxa livre de risco, volatilidade, preço à vista), o risco de preço do ativo subjacente a tais instrumentos financeiros pode ser considerado como o mais relevante, cuja variação pode responder pela maior parcela de alteração do valor justo desses instrumentos de renda variável em determinado período;
- No caso das debêntures que possuem opção de conversão/permuta, pela característica híbrida que apresentam, apenas o componente derivativo que integra parte do valor justo global da debênture é passível de ser considerado na análise de sensibilidade. Portanto, a análise de sensibilidade não é aplicável à parcela de renda fixa da debênture, cujo principal risco associado é o de crédito, e não de mercado;
- A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros supracitados procurou ilustrar a exposição dos resultados da companhia ao valor justo dos mesmos, assumindo que tal exposição está predominantemente relacionada à oscilação dos preços à vista dos respectivos ativos-subjacentes.

Para fins do CPC 40 e da Instrução CVM nº 475/08, na presente análise de sensibilidade foi considerado como cenário provável o próprio valor justo já registrado, uma vez que esse valor já reflete a expectativa da administração correspondente à situação considerada provável e se baseia em fontes externas de dados acerca das variáveis de risco que fazem parte dos modelos de precificação adotados para o cálculo do valor justo. Esse cenário foi base para os cenários de deterioração de 25% e 50% da principal variável de risco considerada, que foi o preço à vista da ação objeto, conforme mencionado.

Para os cenários de deterioração, a análise de sensibilidade realizada considerou os potenciais efeitos de aumentos e de reduções nos preços dos ativos-subjacentes, conforme o caso, principalmente aqueles listados na BM&F Bovespa. Para tanto, foram realizadas duas precificações separadas daquela que produziu o valor justo que foi efetivamente registrado no balanço, considerando, em relação a esta última, os efeitos de choques no preço à vista do ativo subjacente à razão de 25% e de 50%, para fins da instrução nº. 475/2008 da CVM.

Apresentamos, a seguir, o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para as operações com instrumentos financeiros que geram impactos no Resultado e no Patrimônio Líquido da Sociedade:

Instrumento	Risco	Impacto	Cenário	Cenário II	Cenário III
			provável	deterioração de 25%	deterioração de 50%
Selic / DI	Alta da Selic / DI	Resultado	(11)	(736)	(1.226)
TJLP	Alta da TJLP	Resultado	(11.789)	(44.846)	(89.691)
IGPM	Alta do IGPM	Resultado	(3.801)	(6.002)	(12.004)
IPCA	Alta do IPCA	Resultado	(898)	(2.784)	(5.568)
TR	Alta na TR	Resultado	(275)	(1.237)	(2.475)
USD	Queda do câmbio	Resultado	1.032	(4.865)	(8.108)
	BRL/USD				
Debêntures conversíveis/permutáveis	Queda no preço das ações	Resultado	0	(752.055)	(1.486.335)
Opções de venda detidas	Queda no preço das ações	Resultado	0	(113.245)	(183.258)
Opções de venda emitidas	Alta no preço das ações	Resultado	0	(223.836)	(466.272)
Ações	Queda no preço das ações	Patrimônio	9.957.335	(14.342.676)	(28.685.352)
		Líquido			

A análise de sensibilidade considerou o efeito tributário da alíquota de 34% incidente sobre o lucro/prejuízo das operações de renda fixa ou variável.

Risco de câmbio e de taxa de juros

A BNDESPAR está exposta aos efeitos de flutuação nas taxas de câmbio decorrentes de operações em moedas estrangeiras, para as quais o risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial. Esta atividade é controlada para o Consolidado do BNDES, que integra as posições da BNDESPAR, através da atuação nos mercados de derivativos cambiais.

O risco de taxa de juros em fluxos de caixa decorre da potencial variação nas taxas de juros do mercado. O Comitê de Gestão de Risco (CGR) estabelece limites sobre o nível de descasamento de indexadores que pode ser assumido no balanço da BNDESPAR, bem como no Consolidado.

Risco de ações

A área de Gestão de Riscos do BNDES acompanha os números relativos às participações societárias da BNDESPAR em companhias abertas listadas na Bovespa, empresas fechadas e nos fundos de investimentos em participações, realizando a marcação a mercado da carteira de ações das companhias abertas. A evolução do risco de ações é monitorada com o auxílio de indicadores, dentre eles o VaR paramétrico que é mensurado por empresa e/ou por setor, com uso de análise de VaR incremental para todo o portfólio.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

Para fins do gerenciamento regulamentar do risco operacional são monitorados os seguintes eventos:

- | | |
|-------|--|
| I- | Fraudes internas; |
| II- | Fraudes externas; |
| III- | Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; |
| IV- | Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; |
| V- | Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; |
| VI- | Eventos que acarretem a interrupção das atividades da instituição; |
| VII- | Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e |
| VIII- | Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição. |

(continuação)

O risco legal também está incluído no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Além desses, a gestão de continuidade de negócios também está incluída no risco operacional e está associada a ações de prevenção e resposta efetiva a interrupções nos negócios sob circunstâncias adversas com vistas a salvaguardar os interesses das partes envolvidas, a reputação e a marca da organização, bem como reduzir as possíveis perdas decorrentes da concretização dessas ameaças.

O trabalho da unidade responsável pela Gestão do Risco Operacional segue os preceitos constantes da Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional, que estabelece o conjunto de princípios, ações, papéis e responsabilidades relativos ao tema, aplicáveis a BNDESPAR, BNDES e Finame.

No que se refere ao capital regulamentar exigido pelo Banco Central, o Balanço da BNDESPAR é incorporado nos documentos pertinentes ao Sistema BNDES Consolidado. Para isso, utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao risco operacional (POPR). Essa parcela vem sendo apurada periodicamente e informada ao BACEN como parte integrante do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO).

Tendo em vista o cronograma do Banco Central do Brasil (BACEN) para a utilização de abordagens avançadas, baseadas em modelos internos de gestão de risco para apuração de requerimento de capital, o BNDES iniciou, em 2009, um processo de captura de informações referentes às perdas decorrentes de risco operacional. Além disso, a implantação de uma solução de software para gestão de risco operacional está prevista como um módulo do Sistema ERP, que está sendo adquirido pelo Banco.

Visando disseminar a cultura de riscos operacionais na instituição, consta do programa de capacitação de novos funcionários, módulo específico sobre o tema, que vem sendo regularmente ministrado aos novos empregados. Também estão disponíveis informações sobre Riscos Operacionais para o público interno, na intranet.

Risco de Crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas nas renegociações e aos custos de recuperação.

O objetivo primordial da gestão de risco de crédito no BNDES é a mensuração adequada do risco de perdas financeiras na carteira da instituição. Atualmente é utilizada a metodologia padronizada para o cálculo do Capital Regulamentar conforme normativos emitidos pelo Conselho Monetário Nacional. De modo semelhante ao tratamento aplicado à carteira de ativos do BNDES, também os ativos da BNDESPAR, incluindo derivativos, provisionam capital regulamentar, respeitando as regras definidas na Circular BACEN 3360/07.

A unidade responsável pela gestão do risco de crédito do Sistema BNDES já realiza estimativas para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos com vistas a implementação futura do modelo avançado conforme diretrizes de Basiléia. Desse modo, o risco da carteira de financiamentos diretos e repasses é avaliado por meio da obtenção de estimativas para as seguintes componentes: (i) a probabilidade de inadimplência do tomador ou contraparte (PD); (ii) a exposição com o tomador ou contraparte no momento da inadimplência (EAD); e (iii) as perdas decorrentes da inadimplência (LGD).

Entretanto, merece ser destacado que para a obtenção de estimativas em conformidade com as diretrizes de Basiléia as mensurações devem refletir as perspectivas de perdas (modelo de perdas esperadas), enquanto que as estimativas com vistas ao atendimento do CPC 38 devem evidenciar perdas incorridas. Por esta razão, a unidade responsável pela gestão do risco de crédito trabalha atualmente com bancos de dados e análises segregadas para Basiléia e CPC. Particularmente em relação às estimativas exigidas pelos novos padrões contábeis, são efetuadas diversas segmentações e tratamentos específicos, entre os quais se encontram o cálculo e a análise dos parâmetros de risco verificados isoladamente para a carteira da BNDESPAR.

Risco de liquidez

A BNDESPAR, pela sua própria natureza de instituição voltada para o fomento de capitais, possui baixo risco de liquidez. A gestão do risco de liquidez da empresa é controlada através do Consolidado BNDES, analisando-se quantitativamente os instrumentos financeiros constantes nos ativos negociáveis ou passivos exigíveis, para os prazos de 30, 60 e 90 dias.

Controles Internos

Controles Internos são procedimentos presentes em todos os níveis da Instituição que visam proporcionar adequada segurança quanto ao alcance dos objetivos, contribuir para a exatidão das informações financeiras e proteger os ativos, sempre em conformidade às normas externas e internas.

A BNDESPAR busca promover o contínuo aprimoramento dos controles internos, com base nos fundamentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2554/98 e pela Política Corporativa de Controles Internos, que define os princípios e responsabilidades necessários à manutenção de controles internos adequados a Instituição. Neste intuito, são realizadas atividades de avaliação dos riscos e controles

internos existentes nos processos de trabalho, bem como da conformidade aos normativos internos e externos. Os relatórios contendo as conclusões dessas avaliações são submetidos ao Comitê de Gestão de Riscos e à Alta Administração.

A atividade permanente de disseminação da cultura de controles internos é baseada em um processo de comunicação, pautado pela ética e transparência. Além da divulgação da Política Corporativa de Controles Internos e a disponibilização de informações relacionadas ao tema na intranet, são realizadas palestras para novos funcionários no processo corrente de renovação do quadro funcional, com o objetivo de destacar a importância do tema controles internos.

23. Contragarantias prestadas

A Sociedade ofereceu em caução 7.744.038 ações preferenciais nominativas de emissão da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS (posteriormente desdobradas em 61.952.304 ações preferenciais) e 28.083.251.230 ações ordinárias nominativas de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS (posteriormente grupadas em 56.166.502 ações ordinárias), em contragarantia ao Tesouro Nacional, por conta de aval e empréstimos, no montante de US\$ 600 milhões, captados no exterior pelo seu acionista único - BNDES. Do montante dessas ações, 61.952.304 ações preferenciais de emissão da Petrobras e 1.510.070 ações ordinárias de emissão da Eletrobrás continuam bloqueadas nas entidades de custódia.

24. Informações por segmento

O relatório de Informações por Segmento de Negócios é apresentado de modo consistente ao relatório interno fornecido ao "principal gestor das decisões operacionais", responsável pela busca e alocação de recursos, além da avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. O conceito de "principal gestor das decisões operacionais", contido no Pronunciamento Contábil CPC 22, abrange o exercício da gestão por seus diretores, de forma colegiada, representando assim a administração da companhia.

A BNDESPAR efetua a análise de seu negócio principalmente sob a ótica do apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa (segmento de renda fixa) e instrumentos de renda variável (segmento de renda variável). É considerado apoio financeiro através de instrumentos de renda fixa as operações de aquisição de debêntures, mesmo as conversíveis ou permutáveis, desde que não tenham cotação em mercado ativo e as de venda a prazo de títulos e valores mobiliários. O apoio financeiro através de instrumentos de renda variável engloba a aquisição de participações societárias, sejam em coligadas (sobre as quais existe influência significativa) ou em outras empresas mensuradas ao valor justo. Esse tipo de apoio tem seu funding principal baseado em seu capital próprio, sendo eventual insuficiência suprida por recursos do acionista único, através de contratos de mútuo.

As políticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as políticas contábeis adotadas na apuração das demonstrações contábeis. A BNDESPAR avalia o desempenho desses segmentos com base no lucro operacional líquido. O imposto de renda é monitorado de forma centralizada e, portanto, não foi alocado a qualquer segmento. As receitas operacionais são totalmente oriundas de clientes externos e dessa forma não há operações entre os segmentos operacionais.

As informações por segmento de negócios foram analisadas e são demonstradas a seguir:

Informação referente ao período findo em 31 de dezembro de 2010:

	R\$ mil				
	2010				
	Renda Fixa	Renda Variável	Outros Segmentos	Não alocado	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	1.338.147	6.775.598	125.403	-	8.239.148
Receitas de juros	792.565	-	125.403	-	917.968
Resultado com alienação de títulos renda variável	-	2.892.819	-	-	2.892.819
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	2.228.659	-	-	2.228.659
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	351.346	-	-	351.346
Receita de Equivalência patrimonial	-	1.240.776	-	-	1.240.776
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	61.998	-	-	61.998
Resultado com alienações de títulos de renda fixa	4.280	-	-	-	4.280
Outras Receitas	541.302	-	-	-	541.302
DESPESAS OPERACIONAIS	(687.962)	(1.966.313)	-	-	(2.654.275)
Despesa de juros	(702.261)	(990.696)	-	-	(1.692.957)
Despesa de Equivalência Patrimonial	-	(801.427)	-	-	(801.427)
Perda pela redução ao valor recuperável	34.987	(144.395)	-	-	(109.408)
Outras Despesas	(20.688)	(29.795)	-	-	(50.483)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	88	159.625	-	(539.935)	(380.222)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	159.625	-	(13.299)	146.326
Reversão (constituição) para contingências trabalhistas e cíveis	-	-	-	1.685	1.685
Despesas com Pessoal	-	-	-	(281.471)	(281.471)
Depreciação e amortização	-	-	-	(6.358)	(6.358)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	88	-	-	(240.492)	(240.404)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	650.273	4.968.910	125.403	(539.935)	5.204.651
Tributos sobre o Lucro	-	-	-	(1.489.417)	(1.489.417)
Participações nos Lucros	-	-	-	(46.199)	(46.199)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	650.273	4.968.910	125.403	(2.075.551)	3.669.035
ATIVOS	3.534.105	119.677.009	1.126.479	1.485.825	125.823.422
Investimentos em coligadas (MEP)	-	13.641.374	-	-	13.641.374



(continuação)

Informação referente ao período findo em 31 de dezembro de 2009:

RS mil					
2009					
	Renda Fixa	Renda Variável	Outros Segmentos	Não alocado	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	720.667	7.034.102	55.784	-	7.810.553
Receitas de juros	716.098	-	55.784	-	771.882
Resultado com alienação de títulos renda variável	-	1.495.655	-	-	1.495.655
Deságio/Ganho por compra vantajosa	-	1.922.590	-	-	1.922.590
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	2.424.132	-	-	2.424.132
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(103.821)	-	-	(103.821)
Receita de equivalência patrimonial	-	1.293.566	-	-	1.293.566
Outras Receitas	4.569	1.980	-	-	6.549
DESPESAS OPERACIONAIS	(802.856)	(2.950.536)	-	-	(3.012.392)
Despesa de juros	(812.080)	(1.025.078)	-	-	(1.837.158)
Despesa de Equivalência Patrimonial	-	(811.918)	-	-	(811.918)
Perda pela redução ao valor recuperável	4.179	(372.540)	-	-	(368.361)
Outras Despesas	5.045	-	-	-	5.045
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-	3.218.093	-	(391.772)	2.826.321
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	2.038.042	-	(15.812)	2.022.230
Despesas com aquisições de participações societárias	-	1.180.051	-	-	1.180.051
Reversão (constituição) para contingências trabalhistas e cíveis	-	-	-	(60.161)	(60.161)
Despesas com Pessoal	-	-	-	(186.005)	(186.005)
Depreciação e amortização	-	-	-	(3.972)	(3.972)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	-	-	-	(125.822)	(125.822)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	(82.189)	8.042.569	55.784	(391.772)	7.624.482
Tributos sobre o Lucro				(1.831.196)	(1.831.196)
Participações nos Lucros				(17.260)	(17.260)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(82.189)	7.252.196	55.784	(2.240.228)	5.776.026
ATIVOS	12.242.374	93.064.100	1.944.891	1.501.851	108.753.216
Investimentos em coligadas (MEP)	-	14.231.339	-	-	14.231.339

O formato de apresentação das informações por segmentos demonstradas acima já inclui a reconciliação dos valores de itens (receitas, despesas, resultados, ativos, etc.) dos segmentos operacionais divulgados com os valores respectivos totais divulgados nas demonstrações financeiras, sendo apresentado na coluna "não alocado".

25. Transações não envolvendo caixa

Durante o exercício de 2010 e 2009, a BNDESPAR realizou atividades de financiamentos não envolvendo caixa, conforme abaixo; portanto não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa.

Conforme Nota 15, a diretoria do BNDES aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 15.600.000 mil e R\$ 20.300.000 mil por meio da conversão em capital de créditos detidos pelo BNDES, para os anos de 2010 e 2009, respectivamente.

Aquisição financiada de títulos por meio de mútuo com o BNDES no valor de R\$ 22.408.490 mil em 2010.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MIGUEL JORGE
LUCIANO GALVÃO COUTINHO
IVAN JOÃO GUIMARÃES RAMALHO
JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO
ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA
MARTIN RAMOS CAVALCANTI

CONSELHO FISCAL

CLEBER UBIRATAN DE OLIVEIRA
RICARDO SCHAEFER
CLÁUDIO DE ALMEIDA NEVES
ANDRÉ PROITE – Suplente
FÁBIO ESTORTI DE CASTRO – Suplente
JORGE KALACHE FILHO – Suplente

DIRETORIA

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Diretor- Presidente
ARMANDO MARIANTE CARVALHO JUNIOR – Diretor Superintendente
JOÃO CARLOS FERRAZ – Diretor
ELVIO LIMA GASPAR – Diretor
EDUARDO RATH FINGERL – Diretor
MAURÍCIO BORGES LEMOS – Diretor
WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA – Diretor
LUIZ FERNANDO LINCK DORNELES – Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DA ÁREA FINANCEIRA

SELMO ARONOVICH

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

VÂNIA MARIA DA COSTA BORGERTH - CRC-RJ 064.817/4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Acionista e Administradores da
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e

(continuação)

executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, as demonstrações financeiras de certas sociedades coligadas, nas quais a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR possui investimentos em 31 de dezembro de 2010, no valor de R\$3.921.961 mil e cujo ganho líquido apurado pelo método de equivalência patrimonial totaliza R\$528.064 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, utilizadas para fins de avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, foram elaboradas com base nas normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. Não foi possível quantificar os efeitos, caso essas demonstrações financeiras tivessem sido preparadas com base nas normas contábeis com vigência para 2010.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção dos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e ao balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 27 de janeiro de 2010, que não conteve nenhuma modificação. As normas de auditoria anteriormente vigentes permitiam divisão de responsabilidade, portanto, as demonstrações financeiras de sociedades coligadas onde a Companhia possuía investimentos em 31 de dezembro de 2009 no valor de R\$8.306.612 mil (R\$4.474.381 mil em 1º de janeiro de 2009), que representava 15,8% do total do ativo (12,2% em 1º de janeiro de 2009) e 22,5% do patrimônio líquido (33,05% em 1º de janeiro de 2009) e cujo ganho líquido

apurado pelo método de equivalência patrimonial totalizava R\$528.321 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes, cujos pareceres não continham ressalva. Nossa opinião no que se referia aos valores desses investimentos e dos correspondentes resultados de equivalência patrimonial foi baseada nos pareceres daqueles outros auditores. Adicionalmente, os ajustes retrospectivos dessas sociedades coligadas não foram auditados por outros auditores.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5

PARECER N.º 01 / 2011 – CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, consoante o artigo 23 do Estatuto Social, c/c Art. 163, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou o Relatório da Administração bem como as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/10 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Independentes DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES, de 18/2/11, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira BNDESPAR, em 31/12/10, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou e manifestou-se favoravelmente à seguinte proposta de destinação do lucro acumulado no exercício (R\$ 5.812.404.425,27), já contemplada nas demonstrações contábeis:

- Reserva Legal:** 5%, correspondente ao valor de R\$ 290.620.221,26 (duzentos e noventa milhões, seiscentos e vinte mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos);
- Reserva de Incentivos Fiscais:** R\$ 37.731.230,65 (trinta e sete milhões, setecentos e trinta e um mil, duzentos e trinta reais e sessenta e cinco centavos), referentes ao total de incentivos fiscais registrados no exercício;
- Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis:** R\$ 1.551.863.661,54 (um bilhão, quinhentos e cinquenta e um milhões, oitocentos e sessenta e três mil, seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), para constituição da Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis;
- Dividendos Mínimos:** 25%, após constituição da Reserva Legal, da Reserva de Incentivos Fiscais e da Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 983.047.327,95 (novecentos e oitenta e três milhões, quarenta e sete mil, trezentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos); e
- Dividendos Complementares:** 75%, após constituição da Reserva Legal, da Reserva de Incentivos Fiscais e da Reserva para Compatibilização de Práticas Contábeis, correspondente a R\$ 2.949.141.983,87 (dois bilhões, novecentos e quarenta e nove milhões, cento e quarenta e um mil, novecentos e oitenta e três reais e oitenta e sete centavos), a título de dividendos complementares.

Rio de Janeiro (RJ), 15 de março de 2011

Cleber Ubiratan de Oliveira
Ricardo Schaefer
Cláudio de Almeida Neves



(continuação)						
AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL – FINAME						
CNPJ: Nº. 33.660.564/0001-00						
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 31 DE DEZEMBRO DE 2010						
Senhor acionista e demais interessados:						
Apresentamos o Relatório da Administração e as informações financeiras da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) relativos ao trimestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2010, os quais seguem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas do Banco Central do Brasil (BACEN).						
I. PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS						
O quadro abaixo apresenta e compara os principais indicadores da FINAME nos exercícios e trimestre encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009.						
II. RESULTADO						
O resultado apurado pela FINAME no 4T10 de 2010 foi um lucro de R\$ 299 milhões, o que representa um aumento de 564,4% em relação ao resultado obtido no mesmo trimestre de 2009. Por sua vez, o resultado acumulado no exercício de 2010 apresentou-se 70,0% inferior ao apurado em 2009.						
Os principais fatos ocorridos no 4T10 de 2010 foram: (i) o reproprocessamento de parcela da carteira agrícola, objeto de renegociações sucessivas autorizadas pelo Governo Federal desde 2007, que gerou um ajuste positivo na receita de intermediação financeira da ordem de R\$ 256 milhões, integralmente registrado mês de dezembro, e (ii) redução de meio ponto percentual nos <i>spreads</i> praticados pelo BNDES em operações de mútuo com a Finame, cujo saldo em 31/12/10 é de R\$ 82 bilhões, gerando economia de R\$ 50 milhões em relação ao 3T10. A despesa de intermediação financeira da FINAME no 4T10 seria cerca de R\$ 100 milhões superior caso fosse mantido o nível de spread praticado de 1,0% a.a..						
No acumulado do exercício, soma-se ao efeito acima o crescimento da carteira média da FINAME, fruto dos expressivos desembolsos no exercício, notadamente no âmbito do PSI – Programa de Sustentação do Investimento, os quais foram parcialmente absorvidos pela despesa com provisão para risco de crédito de R\$ 404 milhões, ocasionada pelo crescimento da carteira da FINAME e pela mudança na classificação de risco de operações específicas de empresa em fase de recuperação judicial.						
Quanto à despesa com IR e CSLL, em 2010 ela reduziu o resultado da FINAME em R\$ 329 milhões. Em 2009 esta despesa totalizou R\$ 136 milhões. O aumento está diretamente relacionado ao crescimento do resultado com operações financeiras.						
III. ESTRUTURA PATRIMONIAL						
Em relação à estrutura de capital, em 31/12/10, o BNDES e a Secretaria do Tesouro Nacional consistiam nas únicas fontes onerosas de financiamento da FINAME, representando juntas 92,5% do passivo total. O patrimônio líquido respondia por 6,6% do passivo total.						
O ativo total da FINAME atingiu R\$ 99.505 milhões no 4T10, representando um aumento de cerca 9,2% em relação ao trimestre anterior. Este incremento reflete basicamente o crescimento nas operações de crédito e repasses, rubrica esta que representa 97,1% do ativo total. O crescimento em operações de crédito e repasses, por sua vez, decorreu principalmente da grande demanda de operações contratadas sob o PSI – Programa de Sustentação do Investimento, destinadas ao estímulo da produção, aquisição e exportação de bens de capital e a inovação tecnológica.						
O saldo da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros em 31/12/10 era de R\$ 97.531 milhões. A provisão para risco de crédito somou R\$ 883 milhões (R\$ 900 milhões em 30/9/10) o que perfaz 0,91% da carteira total em 31/12/10 (1,01% em 30/9/10).						
Em 31 de dezembro de 2010, a FINAME apresentava créditos inadimplentes da ordem de R\$ 382 milhões, equivalentes a 0,39% de sua carteira. Destaca-se a ótima qualidade da carteira comparativamente à média apresentada pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN). Em 31/12/10, a FINAME concentrava 99,6% de seus créditos entre os níveis “AA” e “C”, ao passo que, na média, as instituições financeiras no sistema financeiro nacional* concentravam 92,6% (posição provisória para 31/12/10) de seus créditos entre tais níveis, considerados de baixíssimo risco.						
O crescimento das obrigações por empréstimos e repasses de 8,9% no 4T/10 acompanha o crescimento da carteira de crédito. Por fim, o patrimônio líquido aumentou 4,6% em relação à 30/9/10, refletindo o lucro de R\$ 299 milhões apurado no trimestre.						
*Fonte: Banco Central						
AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME						
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO						
(Em milhares de reais)						
	Nota Explicativa	2010	2009			
ATIVO CIRCULANTE		27.414.315	21.357.231			
DISPONIBILIDADES		1	39			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	1.014.771	690.848			
Cotas de Fundos de Investimento do Banco do Brasil		1.014.091	690.168			
Ações		680	680			
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	6	25.138.052	19.466.200			
Repasses interfinanceiros		25.244.898	19.552.919			
Provisão para risco de crédito		(106.846)	(86.719)			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	1.228.654	1.068.419			
Operações de crédito		1.316.590	1.091.019			
Provisão para risco de crédito		(87.936)	(22.600)			
OUTROS CRÉDITOS		32.837	131.725			
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	8.1	600	33.970			
Créditos tributários	8.2	21.602	87.093			
Diversos		10.635	10.662			
ATIVO NÃO CIRCULANTE		72.090.258	48.443.943			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		72.090.258	48.443.943			
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	6	64.500.418	40.824.586			
Repasses interfinanceiros		64.774.567	41.006.454			
Provisão para risco de crédito		(274.149)	(181.868)			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	5.781.344	7.172.968			
Operações de crédito		6.195.120	7.324.695			
Provisão para risco de crédito		(413.776)	(151.727)			
OUTROS CRÉDITOS		1.808.496	446.389			
Créditos tributários	8.2	16.326	42.145			
Direitos vinculados ao Tesouro Nacional	16	1.763.316	376.330			
Incentivos fiscais		28.854	27.914			
TOTAL DO ATIVO		99.504.573	69.801.174			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

(continuação)

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2010	2009
PASSIVO CIRCULANTE		7.518.284	2.038.063
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	7	6.684.850	1.773.969
Repasses com o BNDES		4.244.775	1.705.221
Repasses com a Secretaria do Tesouro Nacional		2.440.075	68.748
OUTRAS OBRIGAÇÕES		833.434	264.094
Passivo atuarial - FAMS	13,2	1.283	1.368
Créditos vinculados a liquidação de operação		29.834	47.446
Dividendos a pagar	10	14.529	48.096
Impostos e contribuições sobre o lucro	8,1	202.665	69.024
Outros impostos e contribuições		16.935	6.518
Contas a pagar - FAPES	13,1	1.915	1.608
Provisão para programa de desligamento de funcionários	15	4.624	5.561
Vinculadas ao Tesouro Nacional	16	122.339	59.875
Depósitos a apropriar		398.613	-
Diversas		40.697	24.598
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		85.447.706	61.273.256
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	7	85.358.443	61.183.842
Repasse com o BNDES		85.358.443	59.060.034
Repasse com a Secretaria do Tesouro Nacional		-	2.123.808
OUTRAS OBRIGAÇÕES		89.263	89.414
Contas a pagar - FAPES	13,1	40.544	39.492
Provisões trabalhistas e cíveis	9	554	2.770
Passivo atuarial - FAMS	13,2	43.540	41.719
Provisão para programa de desligamento de funcionários	15	4.625	5.433
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	6.538.583	6.489.855
Capital social		5.994.062	5.994.062
Aumento de capital em curso		504.864	461.276
Reservas de lucros		39.657	34.517
Reserva legal		26.464	23.301
Reserva de incentivos fiscais		13.193	11.216
TOTAL DO PASSIVO		99.504.573	69.801.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO 30 DE DEZEMBRO DE 2010 E
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2º semestre 2010	2010	2009
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.131.017	5.975.695	1.613.021
Operações de crédito e repasses interfinanceiros				
. Moeda nacional		2.331.039	4.345.569	3.976.018
. Moeda estrangeira		(364.127)	150.578	(2.547.347)
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional		1.116.906	1.396.746	90.346
Rendas de títulos e valores mobiliários		47.199	82.802	94.004
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.394.110)	(5.470.331)	(1.186.722)
Empréstimos do BNDES e da STN				
. Moeda nacional		(2.702.854)	(4.967.490)	(3.810.509)
. Moeda estrangeira		408.835	(98.535)	2.582.140
Outras despesas de captação		(437)	(768)	(500)
Provisão/(Reversão) para risco de crédito	12	(99.654)	(403.538)	42.147
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		736.907	505.364	426.299
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(78.346)	(109.643)	(83.615)
Reversão/(constituição) de provisões trabalhistas e cíveis		(15)	2.216	2.617
Despesas tributárias		(37.882)	(44.135)	(20.207)
Atualização monetária de dividendos e juros sobre o capital próprio - SELIC		-	(895)	(1.999)
Despesas com pessoal		(21.542)	(39.078)	(36.519)
Despesas administrativas		(10.266)	(15.376)	(12.564)
Despesas de retenções contratuais		(336)	(336)	-
Outras despesas operacionais		(8.346)	(14.626)	(18.803)
Outras receitas operacionais		41	2.587	3.860
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		658.561	395.721	342.684
Imposto de renda	8,1	(137.835)	(147.846)	(56.281)
Contribuição social	8,1	(83.154)	(89.016)	(33.547)
Impostos diferidos (constituição)/reversão	8,2	(85.121)	(91.310)	(46.031)
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		352.451	67.549	206.825
Participação dos empregados no lucro		(6.372)	(6.372)	(3.452)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		346.079	61.177	203.373
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO POR AÇÃO		0,586992	0,103764	0,344945

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



(continuação)						
AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais		
Em 1º de janeiro de 2010	5.994.062	461.276	23.301	11.216	-	6.489.855
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 10)	-	-	-	-	2.080	2.080
Aumento de capital (Nota 10)	-	43.588	-	-	(43.588)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	61.177	61.177
Destinação do resultado (Nota 10)						
. Reserva legal	-	-	3.163	-	(3.163)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	1.977	(1.977)	-
. Dividendos	-	-	-	-	(14.529)	(14.529)
Em 31 de dezembro de 2010	5.994.062	504.864	26.464	13.193	-	6.538.583
Mutações no exercício	-	43.588	3.163	1.977	-	48.728
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais		
Em 1º de julho de 2010	5.994.062	461.276	23.301	11.216	(284.902)	6.204.953
Ajuste de exercícios anteriores (Nota 10)	-	-	-	-	2.080	2.080
Aumento de capital (Nota 10)	-	43.588	-	-	(43.588)	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	346.079	346.079
Destinação do resultado (Nota 10)						
. Reserva legal	-	-	3.163	-	(3.163)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	1.977	(1.977)	-
. Dividendos	-	-	-	-	(14.529)	(14.529)
Em 31 de dezembro de 2010	5.994.062	504.864	26.464	13.193	-	6.538.583
Mutações no semestre	-	43.588	3.163	1.977	284.902	333.630
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Aumento de capital em curso	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais		
Em 1º de janeiro de 2009	3.494.062	316.988	13.132	10.396	-	3.834.578
Aumento de capital (Nota 10)	2.500.000	144.288	-	-	(144.288)	2.500.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	203.373	203.373
Destinação do resultado (Nota 10)						
. Reserva legal	-	-	10.169	-	(10.169)	-
. Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	820	(820)	-
. Dividendos	-	-	-	-	(48.096)	(48.096)
Em 31 de dezembro de 2009	5.994.062	461.276	23.301	11.216	-	6.489.855
Mutações no exercício	2.500.000	144.288	10.169	820	-	2.655.277
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

(continuação)

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2010	Exercícios	
		2010	2009
Atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	346.079	61.177	203.373
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades	185.251	493.508	2.062
Constituição (reversão) da provisão para risco de crédito	99.654	403.538	(42.147)
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	45	(2.216)	(2.617)
Depreciação e amortização	461	876	795
Realização líquida de créditos tributários	85.121	91.310	46.031
Variação de ativos e obrigações			
. (Aumento) líquido em créditos por financiamento	(579.132)	(182.704)	(2.924.150)
. (Aumento) líquido nas demais contas do ativo	(14.737.981)	(28.519.833)	(1.146.243)
. Aumento/(Redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(961.523)	(1.355.404)	(61.772)
. Aumento/(Redução) líquido nas demais contas do passivo	14.610.932	29.085.482	(1.475.553)
. IR e CSLL pagos	514.706	655.690	(220.598)
	(5.266)	(48.639)	(19.984)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	(47.802)	371.981	(2.718.715)
Atividades de financiamentos			
. Aumento de capital	-	-	2.500.000
. Dividendos pagos	-	(48.096)	(59.777)
Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades de financiamentos	-	(48.096)	2.440.223
Aumento/(Redução) de caixa e equivalente de caixa	(47.802)	323.885	(278.492)
Modificação na posição financeira			
Início de semestre / exercício	1.061.894	690.207	968.699
Saldo de caixa + equivalente caixa (1)	1.061.894	690.207	968.699
Final de semestre / exercício	1.014.092	1.014.092	690.207
Saldo de caixa + equivalente caixa (1)	1.014.092	1.014.092	690.207
Aumento/(Redução) de caixa e equivalente de caixa	(47.802)	323.885	(278.492)

(1) Inclui Disponibilidades e Cotas de fundos de investimento exclusivo do Banco do Brasil

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2010		Exercício		
			2010	2009	
RECEITAS	3.031.404		5.574.744	1.659.028	
Intermediação financeira	3.131.017		5.975.695	1.613.021	
Outras receitas operacionais	41		2.587	3.860	
Reversão (Provisão) para devedores duvidosos	(99.654)		(403.538)	42.147	
DESPESAS	2.303.153		5.080.434	1.247.054	
Intermediação financeira	2.294.456		5.066.793	1.228.869	
Outras despesas operacionais	8.697		13.641	18.185	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	8.527		12.657	10.724	
Materiais, energia e outros	826		1.609	1.833	
Serviços de terceiros	7.701		11.048	8.891	
VALOR ADICIONADO BRUTO	719.724		481.653	401.250	
RETENÇÕES	461		876	795	
Depreciação e amortização	461		876	795	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	719.263	100,0%	480.777	400.455	100,0%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	719.263	100,0%	480.777	400.455	100,0%
Pessoal e encargos	24.641	3,4%	40.190	35.548	8,9%
Impostos, taxas e contribuições	347.467	48,3%	377.950	160.850	40,1%
Aluguéis	1.076	0,1%	1.460	684	0,2%
Dividendos	14.529	2,0%	14.529	48.096	12,0%
Lucros retidos	331.550	46,2%	46.648	155.277	38,8%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2010 e 2009

1. Contexto operacional**1.1) Histórico**

A Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, controlada integral do BNDES, foi instituída pelo Decreto n.º 59.170, de 2 de setembro de 1966, e pelo Decreto-Lei n.º 45, de 18 de novembro de 1966, para gerir o fundo criado pelo Decreto n.º 55.275, de 22 de dezembro de 1964. Posteriormente, com o advento da Lei n.º 5.662, de 21 de junho de 1971, foi transformada em empresa pública.

1.2) Objetivos e atuação

Com o objetivo de promover o desenvolvimento, a consolidação e a modernização do parque brasileiro produtor de bens de capital, mediante financiamento à comercialização, no Brasil e no exterior, de máquinas e equipamentos fabricados no país, a FINAME atua através de repasse de seus recursos a uma extensa rede de instituições financeiras credenciadas.

Suas operações caracterizam-se pela capilaridade, simplicidade e agilidade operacional, atendendo aos clientes de praticamente todos os segmentos produtivos.



(continuação)

A FINAME atende a seus mutuários por intermédio de quatro programas operacionais:

- a) FINAME – apóia a aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao mercado interno, dando condições de financiamento mais favorecidas para micro-empresas e empresas de pequeno porte, concorrência internacional e programas de desenvolvimento regional.
 - b) FINAME Agrícola – tem por finalidade apoiar especificamente a aquisição de máquinas e equipamentos novos voltados para a produção agropecuária. Sua maneira de atuação busca incentivar a mecanização agrícola e o aumento da produtividade no campo.
 - c) BNDES - EXIM – o Programa de Crédito ao Comércio Exterior dedica-se às indústrias brasileiras exportadoras desses bens. Começou a operar em 1990 com o financiamento pré-embarque, que corresponde a um adiantamento de recursos ao fabricante para fazer frente aos custos correntes da produção voltada ao mercado externo. A partir de 1991, entrou em operação a modalidade pós-embarque, refinanciando o exportador, mediante desconto de títulos cambiais ou cessão de direitos de cartas de crédito. Em 1997, começou a operar o pré-embarque especial, que se destina a financiar, na fase pré-embarque, a produção de bens a serem exportados, sem vinculação com o embarque específico.
 - d) FINAME LEASING – tem por finalidade financiar por intermédio de agentes financeiros a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais destinados a operações de arrendamento mercantil.
- 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – adoção das Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09.**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas do Banco Central do Brasil - BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, apesar da homologação para tornar-se instituição financeira estar em processo.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638/07 e em 27 de maio de 2008, a Lei n.º 11.941/09, que alteram, revogam e introduzem novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976), notadamente em relação ao capítulo XV que trata de matéria contábil.

Embora o Banco Central do Brasil não tenha ainda se manifestado a respeito das alterações introduzidas pela referida Lei, até a adequação completa das normas no COSIF, a Administração decidiu adotar, a partir de dezembro de 2008, as Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, optando pela data de transição em 1º de janeiro de 2008, com base no § 1º do art. 186 da Lei n.º 6.404/76 e subsidiariamente as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, não conflitantes com as regulamentações do Banco Central.

As demonstrações financeiras da FINAME foram aprovadas pela Junta de Administração em 15 de março de 2011.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1) Regime de apuração do resultado

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As demais receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro-rata” dia para as de natureza financeira.

A apreciação de 25% da moeda brasileira em relação ao dólar norte-americano no exercício de 2009 provocou significativo impacto na demonstração do resultado, entre eles, o fato de que a receita de operações de crédito e repasses em moeda estrangeira apresenta-se negativa (perda) enquanto que a despesa de captação de empréstimos e repasses, denominados em moeda estrangeira, principalmente dólar norte-americano, encontra-se positiva (ganho).

3.2) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- a) títulos para negociação;
- b) títulos disponíveis para venda;
- c) títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados para negociação são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período, quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

As aplicações em fundos de investimentos são valorizadas diariamente e, portanto, já estão ajustadas a valor de mercado, sendo as contrapartidas registradas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a FINAME não apresentava saldos de operações realizadas no mercado de derivativos financeiros.

3.3) Operações de crédito, repasses interfinanceiros e provisão para risco de crédito

As operações de crédito e os repasses interfinanceiros são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito e repasses interfinanceiros, vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existentes e controladas, por no mínimo cinco anos em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos e repasses interfinanceiros que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, segue os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

3.4) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período.

3.5) Benefícios a empregados

a) Plano de aposentadoria complementar

A FINAME oferece plano de aposentadoria complementar. O plano é financiado por pagamentos a um fundo fiduciário, determinados por cálculos atuariais periódicos. O plano é de benefício definido.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários consultores, não são reconhecidos como ativo do patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do fundo de pensão.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de ganhos ou perdas atuariais e de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o Método de Crédito Unitário Projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas entre a FINAME e o plano de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

b) Plano de assistência médica

A FINAME oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e à conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

c) Benefícios de rescisão

A FINAME reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

(continuação)

d) Participação nos lucros

A FINAME reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item “Participação dos Empregados no Lucro” na demonstração do resultado). A FINAME reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

3.6) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R\$ 120 mil no semestre (R\$ 240 mil no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social foi constituída à alíquota de 9% até abril de 2008 e 15% a partir de maio (Lei n.º 11.727/08).

O imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos tributários”, de acordo com a Resolução BACEN n.º 3.059/02.

3.7) Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas regulamentares do Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem notadamente a provisão para risco de crédito, provisão para contingências, provisão para impostos e contribuições e realização de créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	R\$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Disponibilidades	1	39
Títulos e valores mobiliários		
Fundos exclusivos do Banco do Brasil *	1.014.091	690.168
	1.014.092	690.207

*Nota 5.3

5. Títulos e valores mobiliários

Em atendimento ao estabelecido pela Circular n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários constantes da carteira foram classificados, segundo a intenção da Administração com relação à frequência de negociação ou manutenção em carteira até a data de seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a carteira de títulos e valores mobiliários, classificada de acordo com as categorias estabelecidas na regulamentação anteriormente mencionada, estava assim composta:

5.1) Composição por natureza e por emissor

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Títulos para negociação:		
Público:		
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	1.014.091	690.168
Títulos disponíveis para venda:		
Privado:		
Ações	680	680
Total	1.014.771	690.848
Curto prazo	1.014.771	690.848
Longo prazo	-	-
Total	1.014.771	690.848

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Resumo por emissor		
Públicos	1.014.091	690.168
Privados	680	680
Total	1.014.771	690.848

5.2) Composição por prazo de vencimento

	R\$ mil							
	Em 31 de dezembro							
	2010							
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Títulos para negociação								
Públicos:								
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	1.014.091	-	-	-	-	-	-	1.014.091
Títulos disponíveis para venda								
Privados:								
Ações	680	-	-	-	-	-	-	680
Total	1.014.771							1.014.771

	R\$ mil						
	Em 31 de Dezembro						
	2009						
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos
Títulos para negociação							
Públicos:							
Cotas de fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil	690.168	-	-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda							
Privados:							
Ações	680	-	-	-	-	-	-
Total	690.848	-	-	-	-	-	-

5.3) Fundo de investimento exclusivo do Banco do Brasil

O Fundo está classificado, de acordo com a Circular n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001 do Banco Central do Brasil, como títulos para negociação.

A carteira é composta basicamente por títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC.

Apresenta-se a seguir a composição da carteira de títulos do Fundo:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Fundo BB Urano 2		
ATIVO		
Disponibilidades	2.008	5.004
Operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	715.236	684.270
Títulos e valores mobiliários livres		
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	296.856	901
Outros	1	2
	1.014.101	690.177
PASSIVO		
Valores a pagar	(10)	(9)
	(10)	(9)
TOTAL	1.014.091	690.168

Composição dos títulos integrantes do ativo do Fundo por prazo de vencimento:

	R\$ mil						
	Em 31 de dezembro						
	2010						
Quantidade	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total	
Fundo BB Urano 2							
Operações compromissadas							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	159.360	-	715.236	-	-	-	715.236
Títulos e valores mobiliários livres							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	66.000	-	-	13.494	274.367	8.995	296.856
	225.360	-	715.236	13.494	274.367	8.995	1.012.092

	R\$ mil						
	Em 31 de dezembro						
	2009						
Quantidade	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total	
Fundo BB Urano 2							
Operações compromissadas							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	807.205	684.270	-	-	-	-	684.270
Títulos e valores mobiliários livres							
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	220	-	-	-	901	-	901
	684.270	-	-	-	901	-	685.171

De acordo com a circular do BACEN n.º 3.068, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente dos seus vencimentos.

(continuação)

6. Operações de crédito e repasses interfinanceiros

6.1) Composição das operações

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Operações de crédito	7.511.710	8.415.714
Provisão para risco de crédito	(501.712)	(174.327)
	7.009.998	8.241.387
Repasse interfinanceiros	90.019.465	60.559.373
Provisão para risco de crédito	(380.995)	(268.587)
	89.638.470	60.290.786
Total	96.648.468	68.532.173
Curto prazo	26.366.706	20.534.619
Longo prazo	70.281.762	47.997.554
Total	96.648.468	68.532.173

6.2) Distribuição da carteira bruta por setor de atividade

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Setor Público (*)	16.820.224	10.096.078
Setor Privado		
Intermediação financeira	73.199.241	50.569.189
Outros serviços	7.511.710	8.309.820
	80.710.951	58.879.009
	97.531.175	68.975.087
Provisão para risco de crédito	(882.707)	(442.914)
Total	96.648.468	68.532.173

(*) Inclui R\$ 890.144 mil de repasses com o BNDES.

6.3) Distribuição da carteira bruta por vencimento

	R\$ mil
	Em 31 de dezembro
	2010
Vencidas	381.780
A vencer:	
2011	26.005.422
2012	22.463.896
2013	17.227.393
2014	12.089.831
2015	6.587.420
Após 2015	12.775.433
Total	97.531.175

	RS mil
	Em 31 de dezembro
	2009
A vencer:	
2010	20.643.938
2011	16.867.898
2012	12.078.722
2013	7.294.144
2014	3.525.047
Após 2014	8.565.338
Total	68.975.087

6.4) Concentração da carteira bruta

	R\$ mil, exceto percentuais			
	Em 31 de dezembro			
	2010	%	2009	%
10 maiores clientes	68.382.449	70,1	44.761.231	64,9
50 seguintes maiores clientes	28.404.272	29,1	23.469.503	34,0
Demais clientes	744.454	0,8	744.353	1,1
Total	97.531.175	100,0	68.975.087	100,0

6.5) Composição da carteira e da provisão para risco de crédito por nível de risco

Conselho Monetário Nacional, através da Resolução n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, do Banco Central do Brasil, estabeleceu a sistemática para a constituição da provisão para risco de crédito. A regra, estipulando classes de risco para créditos em situação de inadimplência e de inadimplência e respectivos percentuais, entrou em vigor a partir de março de 2000.

Assim, as provisões para créditos adimplentes e inadimplentes relativas a operações de crédito e repasses interfinanceiros foram as seguintes:

a) Repasses interfinanceiros

		R\$ mil				
Nível de Risco	Situação	Repasses interfinanceiros		%	Provisão	
		Em 31 de dezembro			Em 31 de dezembro	
		2010	2009		2010	2009
AA	Adimplente	23.013.359	15.438.261	0,00	-	-
A	Adimplente	60.281.644	40.725.727	0,50	301.407	203.628
B	Adimplente	6.520.783	4.320.299	1,00	65.208	43.203
C	Adimplente	183.161	19.110	3,00	5.495	573
D	Adimplente	-	38.659	10,00	-	3.866
E	Adimplente	16.012	-	30,00	4.804	-
F	Adimplente	850	-	50,00	425	-
H	Adimplente	3.656	17.317	100,00	3.656	17.317
Total		90.019.465	60.559.373		380.995	268.587
Curto prazo		25.244.898	19.552.919		106.846	86.719
Longo prazo		64.774.567	41.006.454		274.149	181.868
Total		90.019.465	60.559.373		380.995	268.587

b) Operações de crédito

		R\$ mil				
Nível de Risco	Situação	Operações de crédito		%	Provisão	
		Em 31 de dezembro			Em 31 de dezembro	
		2010	2009		2010	2009
AA	Adimplente	2.819.006	2.904.216	0,00	-	-
A	Adimplente	190.466	266.539	0,50	952	1.333
B	Adimplente	253.557	732.313	1,00	2.536	7.323
C	Adimplente	3.865.970	4.079.902	3,00	115.978	122.397
D	Adimplente	-	432.744	10,00	-	43.274
F	Adimplente	931	-	50,00	466	-
H	Inadimplente	381.780	-	100,00	381.780	-
Total		7.511.710	8.415.714		501.712	174.327
Curto prazo		1.316.590	1.091.019		87.936	22.600
Longo prazo		6.195.120	7.324.695		413.776	151.727
Total		7.511.710	8.415.714		501.712	174.327

6.6) Movimentação da provisão sobre operações de crédito e repasses interfinanceiros

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro		
	2010		
	Operações de crédito	Repasses interfinanceiros	Total
Saldo no início do exercício	174.327	268.587	442.914
Constituição (reversão) líquida	327.423	112.408	439.831
Baixas contra provisão	(38)	-	(38)
Saldo no final do exercício	501.712	380.995	882.707

Saldo no início do exercício	229.507	228.427	457.934
Constituição (reversão) líquida	(55.153)	40.160	(14.993)
Baixas contra provisão	(27)	-	(27)
Saldo no final do exercício	174.327	268.587	442.914

O efeito no resultado está apresentado na Nota 12.

(continuação)

7. Obrigações por repasses**7.1) Composição**

	R\$ mil					
	Em 31 de dezembro					
	2010			2009		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
BNDES	82.405.006	7.198.212	89.603.218	51.970.968	8.794.287	60.765.255
STN	2.440.075	-	2.440.075	2.192.556	-	2.192.556
Total	84.845.081	7.198.212	92.043.293	54.163.524	8.794.287	62.957.811
Curto prazo			6.684.850			1.773.969
Longo prazo			85.358.443			61.183.842
Total			92.043.293			62.957.811

As obrigações por repasses perante o BNDES em moeda nacional estão sujeitas à atualização monetária com base na variação da TJLP e juros de até 2% a.a. e prazo máximo de vencimento estipulado para 2019. Os repasses em moeda estrangeira são atualizados com base na variação cambial do dólar americano ou da UMBNDES e juros de até 6,23% ao ano e prazo máximo de vencimento estipulado para o ano de 2024.

As obrigações perante a Secretaria do Tesouro Nacional - STN estão sujeitas à atualização monetária com base na variação do IGP-M e juros de 10,09% ao ano cujo prazo máximo de vencimento está estipulado para março de 2011. Essa dívida tem origem em cessão de crédito do BNDES com encargos originais equivalentes a TJLP + 2,0% ao ano. A diferença entre IGP-M + 10,09% ao ano e TJLP + 2,0% ao ano é objeto de equalização pelo BNDES.

7.2) Vencimento das obrigações por repasses

A vencer:
2011
2012
2013
2014
2015
Após 2015
Total

R\$ mil	
Em 31 de dezembro	
2010	
6.684.850	
4.128.032	
4.120.212	
13.986.315	
14.645.808	
48.478.076	
92.043.293	

A vencer:
2010
2011
2012
2013
2014
Após 2014
Total

R\$ mil	
Em 31 de dezembro	
2009	
1.773.969	
4.478.866	
1.307.403	
1.049.052	
11.112.599	
43.235.922	
62.957.811	

8. Imposto de renda e contribuição social**8.1) Corrente**

A FINAME adota o regime de cálculo do imposto de renda e da contribuição social na modalidade de lucro real anual, estando sujeita a pagamentos mensais sobre uma base estimada, caso não se aplique à suspensão/redução dos recolhimentos, como facultam os artigos 27 a 35 da Lei n.º 9.881/95 e demais legislações pertinentes.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a FINAME constituiu provisões para pagamento de contribuição social à alíquota de 15% e de imposto de renda à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. Essas provisões foram calculadas sobre o lucro, antes de deduzidas as despesas de contribuição social e de imposto de renda.

A demonstração do cálculo do encargo com imposto de renda e contribuição social está evidenciada a seguir:

	R\$ mil					
	2º semestre de 2010		Em 31 de dezembro			
			2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação	658.561	658.561	395.721	395.721	342.684	342.684
Participação dos empregados no lucro	(6.372)	(6.372)	(6.372)	(6.372)	(3.452)	(3.452)
Base para cálculo dos tributos	652.189	652.189	389.349	389.349	339.232	339.232
Encargo (crédito) total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%	163.047	97.828	97.337	58.402	84.808	50.885
Efeito das adições (exclusões) no cálculo dos tributos:						
• Provisão para risco de crédito (Resolução BACEN nº 2.682/99)	28.631	17.179	109.948	65.969	(3.755)	(2.253)
• Créditos baixados como prejuízo	4.653	2.792	4.458	2.675	(1.030)	(618)
• Passivo Atuarial – FAMS	451	270	954	572	1.384	830
• Provisões trabalhistas e cíveis	4	2	(554)	(332)	(663)	(398)
• Programa de desligamento planejado de funcionários	(220)	(132)	(436)	(262)	(181)	(108)
• Passivo atuarial – Reserva técnica - FAPES	(172)	(103)	-	-	-	-
• Outras adições e exclusões líquidas	821	956	(184)	142	(146)	(414)
Encargos antes das compensações	197.215	118.792	211.523	127.166	80.417	47.924
• Compensação prejuízo fiscal e base negativa	(59.380)	(35.638)	(63.677)	(38.150)	(24.136)	(14.377)
Imposto de renda e contribuição social	137.835	83.154	147.846	89.016	56.281	33.547

O saldo a pagar está assim demonstrado:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Impostos e contribuições sobre o lucro:		
• Provisão		
Imposto de renda	147.846	56.281
Contribuição social	89.016	33.547
	236.862	89.828
• Antecipações		
Imposto de renda	(23.535)	(14.493)
Contribuição social	(10.662)	(6.311)
	(34.197)	(20.804)
Imposto e contribuição a recolher	202.665	69.024

Os impostos e contribuições a recuperar são os seguintes:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
IRPJ/CSLL pagos a maior em anos anteriores	-	33.150
Antecipação Incentivo Atividade Audiovisual	600	820
Total	600	33.970
Curto prazo	600	33.970
Longo prazo	-	-
Total	600	33.970

8.2) Créditos tributários

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
• Composição do crédito diferido:		
Créditos baixados como prejuízo	24.247	17.114
Provisões trabalhistas e cíveis	222	216
Participação dos empregados no lucro	2.549	1.381
Programa de desligamento planejado de funcionários	3.699	4.397
Provisão para despesas médicas – FAMS	2.908	-
Prejuízo fiscal	2.345	66.022
Base negativa de Contribuição Social	1.958	40.108
Total	37.928	129.238
Curto prazo	21.602	87.093
Longo prazo	16.326	42.145
Total	37.928	129.238

De acordo com a Resolução BACEN n.º 3.059/02, foi constituído crédito fiscal diferido sobre adições temporárias, que serão futuramente dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, que serão compensados com lucros tributáveis futuros.



(continuação)

A contrapartida dos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos foi:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Imposto de Renda	(57.104)	(28.835)
Contribuição Social	(34.206)	(17.196)
Total	(91.310)	(46.031)

Basicamente, os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, têm a seguinte origem:

- a) Créditos baixados como prejuízo: referem-se à provisão constituída sobre operações de crédito ou repasses interfinanceiros as quais estão inadimplentes há mais de 360 dias ou que tiveram seus contratos declarados vencidos antecipadamente por falta de atendimento às cláusulas contratuais. Tais créditos podem estar em cobrança amigável pela área de recuperação de créditos ou, em caso de insucesso, em cobrança judicial;
- b) Provisões trabalhistas e cíveis: referem-se às ações trabalhistas (Nota 9.a) e cíveis (Nota 9.b);
- c) Programa de desligamento planejado de funcionários: estimativa de custos com plano para incentivar a aposentadoria de funcionários ativos que atendam as condições para aposentadoria por tempo de serviço (Nota 15);
- d) Provisão para despesas médicas – FAMS: refere-se à provisão para despesas com assistência médica, contabilizada conforme Deliberação CVM Nº 600/09.

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas. Os créditos decorrentes da apuração de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, são compensáveis com o lucro tributável futuro, limitado a 30% em cada período.

A demonstração dos valores constituídos e baixados no exercício está evidenciada a seguir:

	R\$ mil			
	31/12/2009	Constituição	Realização	31/12/2010
Créditos baixados como prejuízo	17.114	7.133	-	24.247
Provisões trabalhistas e cíveis	216	6	-	222
Participação dos empregados no lucro	1.381	2.549	(1.381)	2.549
Programa de desligamento planejado de funcionários	4.397	-	(698)	3.699
Provisão para despesas médicas - FAMS	-	2.908	-	2.908
Prejuízo fiscal	66.022	-	(63.677)	2.345
Base negativa de Contribuição Social	40.108	-	(38.150)	1.958
Total	129.238	12.596	(103.906)	37.928

	R\$ mil			
	31/12/2008	Constituição	Realização	31/12/2009
Créditos baixados como prejuízo	23.684	3	(6.573)	17.114
Provisões trabalhistas e cíveis	98	130	(12)	216
Participação dos empregados no lucro	2.158	1.381	(2.158)	1.381
Programa de desligamento planejado de funcionários	4.686	-	(289)	4.397
Prejuízo fiscal	90.159	-	(24.136)	66.022
Base negativa de Contribuição Social	54.485	-	(14.378)	40.108
Total	175.270	1.514	(47.546)	129.238

O montante de créditos tributários não registrados em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 384.392 mil. Este valor refere-se basicamente à provisão para risco de crédito (Resolução BACEN n.º 2.682/99) e à provisão para desvalorização de títulos oriundos de incentivos fiscais – FINOR – (somente no caso de CSLL), sobre os quais não são reconhecidos créditos tributários em função de ausência de expectativa de realização dos mesmos. Após a Resolução BACEN n.º 3.059/02, somente podem ser constituídos créditos tributários sobre a parcela realizável em até 5 anos, intervalo que foi alterado para 10 anos pela Resolução BACEN n.º 3.355/06. Entretanto, conservadoramente, manteve-se o horizonte de 5 anos para realização dos créditos tributários e aqueles valores serão realizados em período superior a este prazo, ou não há expectativa de realização.

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos tributários:

	R\$ mil					
	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Créditos baixados como prejuízo	12.387	2.894	3.115	2.958	2.893	24.247
Provisões trabalhistas e cíveis	-	2	218	-	2	222
Provisão para participação dos empregados no lucro	2.549	-	-	-	-	2.549
Programa de desligamento planejado de funcionário	1.849	1.850	-	-	-	3.699
Provisão despesas médicas – FAMS	514	560	592	615	627	2.908
Prejuízo fiscal	2.345	-	-	-	-	2.345
Base negativa de Contribuição Social	1.958	-	-	-	-	1.958
Total	21.602	5.306	3.925	3.573	3.522	37.928

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, totalizou R\$ 33.668 mil.

O Art. 5º da Resolução 3.059/02 obriga a baixa do ativo correspondente à parcela dos créditos tributários quando os valores efetivamente realizados em dois períodos consecutivos forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) dos valores previstos para igual período no estudo técnico preparado pela Agência. O disposto neste artigo não se aplica aos créditos tributários constituídos anteriormente à data da entrada em vigor desta Resolução. Em 31 de dezembro de 2010, não foram realizadas baixas desta natureza.

O montante de créditos tributários constituídos após a entrada em vigor desta resolução totalizou R\$ 27.103 mil.

9. Provisões trabalhistas e cíveis

A FINAME é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista e cível decorrentes do curso normal de suas atividades.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Basicamente, o Pronunciamento requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação das ações é a seguinte:

Risco Mínimo – são classificadas nesta categoria todas as ações em primeira instância e também, de acordo com a matéria impugnada no recurso, todas as que possuem decisão favorável em primeira ou em segunda instância.

Risco Médio – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável em primeira ou em segunda instância, mas, de acordo com a matéria impugnada no recurso, existe a possibilidade de reversão do resultado.

Risco Máximo – são classificadas nesta categoria as ações que possuem decisão desfavorável, em primeira ou em segunda instancia, e outras que, de acordo com a matéria impugnada no recurso, dificilmente poderão ter sua decisão revertida.

Com a finalidade de alinhamento da política adotada pela FINAME com as normas descritas anteriormente, tem-se o seguinte:

Crítérios Jurídicos	Possibilidade de Perda	Consequência Contábil
risco mínimo	remota	N/A
risco médio	possível	divulgar
risco máximo	provável	Provisionar 100%

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados apenas quando a Administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a probabilidade da entrada de benefícios econômicos é alta.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, são as seguintes:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Processos trabalhistas	550	2.767
Processos cíveis	4	3
Total	554	2.770
Curto prazo	-	-
Longo prazo	554	2.770
Total	554	2.770

(continuação)

a) Processos trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 8 processos judiciais em andamento que se referem, principalmente, à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Collor) e a horas extras pré-contratadas.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões trabalhistas no período:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro 2010	2009
Saldo no início do exercício	2.767	5.385
Pagamento	-	(33)
Constituição (reversão) líquida	(2.217)	(2.585)
Saldo no final do exercício	550	2.767

Em 31 de dezembro 2010, existem 3 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 108.560 mil.

b) Processos cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 1 processo que versa sobre questões contratuais.

A seguir demonstra-se a movimentação das provisões cíveis no período:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro 2010	2009
Saldo no início do exercício	3	35
Constituição (reversão) líquida	1	(32)
Saldo no final do exercício	4	3

Em 31 de dezembro de 2010, existem 3 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 38.265 mil.

10. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o capital social subscrito da FINAME está representado por 589.580.236 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A destinação dos resultados de 2010 e de 2009 está descrita a seguir:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro 2010	2009
Resultado do exercício	61.177	203.373
Ajuste de exercícios anteriores (1)	2.080	-
Valores destinados	63.257	203.373
Destinações:		
Reserva legal - 5% (2)	3.163	10.169
Reserva de incentivos fiscais	1.977	820
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (3)	14.529	48.096
Incorporação ao capital	43.588	144.288

(1) Ajuste decorrente da aplicação do pronunciamento CPC n.º 33 sobre a obrigação atuarial - assistência médica (FAMS)
(2) Limitado a 20% do capital social, ou , a critério do BNDES, quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.
(3) 25% do lucro líquido ajustado após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais

Está em curso um aumento de capital no montante de R\$ 504.864 mil referentes a lucros remanescentes, sendo R\$ 43.588 mil do exercício de 2010, R\$ 144.288 mil do exercício de 2009, R\$ 179.332 mil referentes ao exercício de 2008 e R\$ 137.656 mil referentes ao exercício de 2006. A incorporação ao capital será efetivada após ter sido aprovada pelo Ministério da Fazenda e publicada no Diário Oficial da União, nos termos do Decreto n.º 2.673 de 16 de julho de 1998.

Os incentivos fiscais, com a edição da Lei n.º 11.638/07, passaram a transitar pelo resultado e a serem destinados como reserva de lucros. Em 2010, para esta reserva a FINAME constituiu R\$ 1.977 mil (R\$ 820 mil em 2009).

11. Partes Relacionadas

A FINAME tem relacionamento e realiza transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme Pronunciamento Técnico n.º 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução n.º 3.750/09 do Banco Central do Brasil – BACEN.

11.1) Transações com o controlador - BNDES

As operações realizadas com o controlador estão resumidas a seguir e as condições descritas na nota 7.1:

	2º semestre de 2010	R\$ mil	
		BNDES	
		Em 31 de dezembro 2010	2009
Ativo			
Operações de repasses			
Moeda nacional		890.144	644.399
Passivo			
Operações de repasses			
Moeda nacional		82.405.006	51.970.968
Moeda estrangeira		7.198.212	8.794.287
		89.603.218	60.765.255
Receitas			
Operações de repasses			
Moeda nacional	176.168	347.998	52.448
Despesas			
Operações de repasses			
Moeda nacional	(1.563.723)	(2.675.407)	(1.869.828)
Moeda estrangeira	408.835	(98.535)	2.582.141
	(1.154.888)	(2.773.942)	712.313

11.2) Transações com o Tesouro Nacional – acionista único do BNDES

As condições das transações estão descritas na nota 7.1 e 16 e estão resumidas a seguir:

	2º semestre de 2010	R\$ mil	
		Em 31 de dezembro 2010	2009
Ativo			
Outros créditos com STN		1.763.316	376.330
Passivo			
Operações de repasses		2.440.075	2.192.556
Outras obrigações com STN		122.339	59.875
Resultado:			
Receitas com outros créditos – equalização	1.116.906	1.396.746	76.271
Despesas com operações de repasses	(235.122)	(465.532)	(172.362)
Despesas com outras obrigações – equalização	(23.880)	(62.463)	(108.179)

11.3) Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, a FINAME mantém transações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, no curso de suas operações, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro 2010	2009
Ativos		
Fundos, operações de crédito e repasses	14.777.026	8.722.808
Provisão para risco de crédito	(1.048)	(149)

11.4) Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

As transações com o Plano de aposentadoria e pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social, administrado pela FAPES, resumidas a seguir, encontram-se detalhadas na nota 13:

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro		
	2º semestre de 2010	2010	2009
Passivo			
Contas a pagar – FAPES – Previdência		42.459	41.100
Passivo atuarial – FAMS – Assistência		44.823	43.087
Despesas			
Plano de Previdência	(4.507)	(6.618)	(5.419)
Plano de Assistência	(772)	(3.815)	(5.537)

11.5) Remuneração de empregados e dirigentes

A FINAME não concede empréstimos ao pessoal-chave da gestão – diretores e membros da Junta de Administração. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob regulamentação do Banco Central do Brasil.

A FINAME também não possui remuneração baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios para seu pessoal-chave da Administração. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da empresa.



(continuação)

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da gestão da FINAME são apresentados como segue:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	No trimestre	Acumulado	No trimestre	Acumulado
Benefícios de curto prazo:				
Salários e encargos	112,43	469,93	111,12	444,49

Estão destacadas abaixo as remunerações pagas a administradores e empregados:

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2010			
	No Trimestre		Acumulado	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário (*)	4,95	41,21	4,95	41,21
Menor Salário (*)	4,95	1,81	4,60	1,69
Salário (*) Médio	4,95	18,96	4,72	18,15

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2009			
	No Trimestre		Acumulado	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário (*)	4,60	38,34	4,60	38,34
Menor Salário (*)	4,60	5,21	4,32	4,89
Salário (*) Médio	4,60	17,22	4,41	16,30

(*) remuneração contratual

12. Resultado de provisão para risco de crédito

Composição da receita com reversão e despesa de provisão para risco de crédito:

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro		
	2º semestre de 2010	2010	2009
Reversão (constituição) líquida sobre operações de crédito	(60.217)	(327.423)	55.153
Reversão (constituição) líquida sobre operações de repasses interfinanceiros	(54.323)	(112.408)	(40.160)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	14.886	36.293	27.154
Receita (despesa) líquida apropriada	(99.654)	(403.538)	42.147

13. Obrigações de benefícios de aposentadoria

As obrigações registradas no balanço patrimonial relativas aos planos de aposentadoria complementar e de assistência médica estão representadas a seguir:

	R\$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Contas a pagar - FAPES	42.459	41.100
Passivo atuarial - FAMS	44.823	43.087
Total	87.282	84.187
Curto prazo		
Contas a pagar - FAPES	1.915	1.608
Passivo atuarial - FAMS	1.283	1.368
Total	3.198	2.976
Longo prazo		
Contas a pagar - FAPES	40.544	39.492
Passivo atuarial - FAMS	43.540	41.719
Total	84.084	81.211

13.1) Plano de aposentadoria complementar

A FAPES (Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES) é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A FAPES tem plano de benefícios definidos e no dimensionamento de suas provisões foi admitido o regime financeiro de capitalização.

Os patrocinadores devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pela reavaliação atuarial, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado. Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B).

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do plano de aposentadoria complementar:

	R\$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Valor presente das obrigações atuariais	411.827	342.994
Valor justo dos ativos do plano	(376.793)	(351.644)
Valor presente das obrigações não fundeadas / (excesso de cobertura)	35.034	(8.650)
Ganhos (Perdas) atuariais não reconhecidos	(35.380)	12.698
(Ativo) / Passivo atuarial	(344)	4.048
Limite dos ativos	344	-
Passivo atuarial antes da Interpretação A (*)	-	4.048
Passivo adicional - Interpretação A (*)	42.459	37.052
Passivo líquido	42.459	41.100

(*) A Interpretação A (Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Fundeamento Mínimo e sua Interação), que corresponde ao IFRIC 14 do IASB, é parte do integrante do Pronunciamento CPC 33 (Deliberação CVM 600/2009).

Passivo adicional

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema Price e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Contratos de 2002 (a)	30.883	29.270
Contratos de 2004 (b)	11.576	11.830
Total	42.459	41.100
Curto prazo	1.915	1.608
Longo prazo	40.544	39.492
Total	42.459	41.100

- (a) Refere-se ao acordo entre as empresas do sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei nº 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que prevêem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.
- (b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do Banco Central do Brasil - BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	R\$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do período	342.994	290.295
Custo do serviço corrente	4.436	4.205
Custo de juros	34.037	34.485
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	49.731	48.610
Benefícios pagos	(19.371)	(18.445)
Ajuste de exercício anterior	-	(16.156)
Saldo no final do período	411.827	342.994

As mudanças no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	R\$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do período	351.644	266.094
Retorno esperado dos ativos do plano		
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	35.371	32.195
Contribuições recebidas do empregador	1.653	61.309
Contribuições recebidas dos participantes do plano	5.961	6.508
Benefícios pagos	1.535	1.627
Ajuste de exercício anterior	(19.371)	(18.445)
Ajuste de exercício anterior	-	2.356
Saldo no final do período	376.793	351.644

A FINAME espera contribuir com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para o próximo ano, em aproximadamente R\$ 7.170 mil.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

	R\$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Custo do serviço corrente	4.436	4.204
Custo de juros	34.037	34.485
Retorno esperado dos ativos do plano	(35.370)	(32.194)
Ganhos (Perdas) atuariais (*)	-	-
Total	3.103	6.495

(*) Não houve reconhecimento no resultado do período de ganho ou perda atuarial em virtude do saldo de 31 de dezembro de 2009 situar-se dentro do corredor.

(continuação)

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas mesmas expectativas de atualização do passivo, utilizando juros atuariais equivalentes a Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B). As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Em percentuais	
	31/12/2010	31/12/2009
Fundos multimercados	80,7	81,7
Ações	5,6	5,6
Investimentos imobiliários	5,7	6,2
Outros	8,0	6,5
Total	100,0	100,0

A resolução CGPC nº 28/2009, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. Tais modificações afetaram a forma de apresentação dos ativos do plano, e por essa razão, as principais categorias de ativos do plano foram apresentadas dessa forma. A resolução CGPC nº 28/2009 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010.

O retorno real sobre os ativos do plano acumulado em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 37.024 mil (R\$ 93.502 mil em 31 de dezembro de 2009).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2010 para os próximos três anos:

	R\$ mil
2011	24.609
2012	25.717
2013	26.874

13.2) Plano de assistência médica

A FINAME, na qualidade de subsidiária integral do BNDES, patrocina o FAMS (Fundo de Assistência Médica e Social), criado com a finalidade precípua de oferecer aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou similares aos do INSS. Tais benefícios, que incluem assistência médico-hospitalar e odontológica nos sistemas de escolha dirigida ou livre escolha, são assegurados aos empregados desde 1976 e amparados pela Resolução nº 933/98 da Diretoria do BNDES, extensiva às suas subsidiárias.

Os participantes beneficiários do FAMS são empregados ativos e aposentados da FINAME, e seus respectivos dependentes; tendo ainda, o dependente, após o falecimento do participante, direito ao benefício por um período de até 24 meses.

O FAMS recebe dotação de recursos da FINAME para a consecução dos seus objetivos. Estes recursos são administrados pela FAPES - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES, que também é responsável pela elaboração do orçamento anual e detalhamento dos custos operacionais necessários ao FAMS.

O FAMS não está coberto por ativos garantidores. A antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pela FINAME com base nos orçamentos apresentados pela FAPES que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas.

Em 31 de dezembro de 2010, com base na atualização da avaliação atuarial efetuada por atuário externo, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	R\$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Valor presente das obrigações não fundeadas	54.287	45.762
Perdas atuariais não reconhecidas	(9.464)	(2.675)
Passivo líquido	44.823	43.087

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	R\$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Saldo no início do período	45.762	37.390
Custo do serviço corrente	734	674
Custo de juros	4.594	4.491
Perdas (ganhos) atuariais não reconhecidos	4.734	4.755
Benefícios pagos	(1.537)	(1.548)
Saldo no final do período	54.287	45.762

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	R\$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Custo do serviço corrente	734	674
Custo de juros	4.594	4.491
Ganhos (Perdas) atuariais líquidos reconhecidos	25	-
Total	5.353	5.165

A FINAME espera contribuir com o plano de assistência médica, para o próximo ano, em aproximadamente R\$ 2.023 mil.

A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	R\$ mil	
	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo do serviço corrente e do custo de juros	917	(739)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	9.128	(7.381)

13.3) Hipóteses atuarias e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 agravada em 100%	AT 49 agravada em 100%
Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Índice de aumento real esperado para os salários dos ativos	Grupo técnico (2,9546%a.a.) e Grupo de apoio (2,4426%a.a.)	Grupo técnico (2,9546%a.a.) e Grupo de apoio (2,4426%a.a.)
Taxa de desconto nominal	10,4909% a.a.	11,1828% a.a.
Taxa de inflação	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,4909% a.a.	11,1828% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5% a.a.	5% a.a.

14. Outros benefícios a empregados

A FINAME concede aos seus empregados ativos os seguintes benefícios:

	R\$ mil	
	31/12/2010	31/12/2009
Vale-transporte	11	1
Vale-refeição	996	611
Assistência Educacional	302	337
Total	1.309	949

15. Programa de desligamento planejado de funcionários

Após a decisão do STF, que determinou que a aposentadoria espontânea do empregado não extingue automaticamente o contrato de trabalho, verificou-se que um grande contingente de empregados permaneceu no Banco mesmo em percepção do benefício de aposentadoria, comprometendo, assim, a esperada renovação do quadro funcional.

Objetivando esta renovação do quadro de pessoal, sem prejuízo da transmissão de suas experiências para os demais, foi aprovado no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho, o Programa de Desligamento Planejado que incentiva a saída dos empregados que atendem as condições para a aposentadoria por tempo de serviço, integral ou antecipada.

Segundo estimativa da FAPES, até dezembro de 2012, 230 empregados estarão aptos a aderir ao Programa, o que corresponde, aproximadamente, a 7,8% do efetivo de pessoal próprio do Sistema BNDES, atual.

O desembolso estimado restante, em 31 de dezembro de 2010, como consequência da implementação do programa é de aproximadamente R\$ 9.249 mil. Para os próximos 12 meses estima-se um desembolso de R\$ 4.624 mil.

16. Operações vinculadas ao Tesouro Nacional

16.1) Operações Ativas – são valores a receber do Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Pronaf, Revitaliza e Agrícolas) com taxa fixa menor que a TJLP, para TJLP + 1%. O saldo a receber, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 1.763.316 mil (R\$ 376.330 mil em 31 de dezembro de 2009).

16.2) Operações Passivas – São valores a pagar ao Tesouro Nacional a título de equalização da remuneração de programas incentivados pelo Governo Federal (Modernaq e Moderfrota) com taxa fixa superior à TJLP. Isto é, programas cuja taxa fixa seja superior a TJLP, deverá ter o excesso em relação à TJLP devolvido ao Tesouro Nacional, face a edição da Lei nº 11.775/08. O saldo a pagar, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 122.339 mil (R\$ 59.875 mil em 31 de dezembro de 2009).



(continuação)

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5

DECISÃO DA JUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

Decisão nº JA- 01 /2011 - FINAME

Reunião de 17 de março de 2011

Interessada: **AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME**
C.N.P.J.: 33.660.564/0001-00
Avenida República do Chile, 100 - parte
20139-900 - Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/10 e destinação do lucro acumulado no exercício.

Referência: INFORMAÇÃO PADRONIZADA AF/DEPCO - 06/11 de 16/2/11, e PARECER DE DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - AUDITORES INDEPENDENTES, de 11/2/11.

Endossando o parecer do Relator, a Junta de Administração da FINAME decidiu, por unanimidade, após examinar o Parecer dos Auditores Externos DELOITTE TOUCHE TOHMATSU – AUDITORES INDEPENDENTES S/S, manifestar-se favoravelmente à aprovação:

- I) das Demonstrações Contábeis da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME referentes ao exercício encerrado em 31/12/10, e encaminhá-las à deliberação do seu acionista único, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, na forma da legislação em vigor; e
- II) da seguinte destinação do lucro acumulado no exercício de R\$ 63.257.314,46 (sessenta e três milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, trezentos e catorze reais e quarenta e seis centavos), já contemplada nas demonstrações contábeis:
 - a) 5%, correspondente ao valor de R\$ 3.162.865,72 (três milhões, cento e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e setenta e dois centavos), para a constituição da Reserva Legal;
 - b) R\$ 1.977.488,05 (um milhão, novecentos e setenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e cinco centavos), referentes ao total de incentivos fiscais reconhecidos no exercício, para a constituição de Reserva de Incentivos Fiscais;
 - c) 25%, após deduzidas a Reserva Legal e a Reserva de Incentivos Fiscais, no montante de R\$ 14.529.240,17 (catorze milhões, quinhentos e vinte e nove mil, duzentos e quarenta reais e dezessete centavos), na forma de dividendos;
 - d) 75%, após deduzidas a Reserva Legal e a Reserva de Incentivos Fiscais, no montante de R\$ 43.587.720,52 (quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e vinte reais e cinquenta e dois centavos), para capitalização imediata.

LUCIANO GALVÃO COUTINHO – Presidente
MAURÍCIO BORGES LEMOS – Presidente-Substituto
EDUARDO EUGENIO GOUVÊA VIEIRA
GABRIEL JORGE FERREIRA
MARIA LUISA CAMPOS MACHADO LEAL
LUIZ CLÁUDIO PORTELA FERREIRA
LUIZ AUBERT NETO
FRANCISCO DE ASSIS CREMA
HELENA KERR DO AMARAL
ROBERTO SMITH

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL

PORTARIA Nº 138, DE 17 DE MARÇO DE 2011

Consulta Pública. Requisitos Gerais de Etiquetagem com demonstração da Eficiência através do Mecanismo de Certificação

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, no inciso I do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sítio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva e a dos Requisitos Gerais de Etiquetagem com demonstração da Eficiência através do Mecanismo de Certificação - RGCE.

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 60 (sessenta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º Informar que as críticas e sugestões a respeito dos textos supramencionados deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro
Diretoria da Qualidade - Dqual
Divisão de Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela, 67 - 2º andar - Rio Comprido
CEP 20251-900 - Rio de Janeiro - RJ, ou
- E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

Art. 4º Estabelecer que, findo o prazo estipulado no artigo 2º desta Portaria, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Publicar esta Portaria de Consulta Pública no Diário Oficial da União, quando iniciará a sua vigência.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 11, DE 18 DE MARÇO DE 2011

Altera os critérios para alocação da cota para importação estabelecida pelo art. 1º da Resolução CAMEX nº 70, de 14 de setembro de 2010.

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, tendo em consideração as Resoluções CAMEX nº 70, de 14 de setembro de 2010, e nº 13, de 14 de março de 2011, resolve:

Art. 1º O inciso XXI do Anexo “B” da Portaria SECEX nº 10, de 24 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“XXI - Resolução CAMEX nº 70, de 14 de setembro de 2010, publicada no D.O.U. de 15 de setembro de 2010; e Resolução CAMEX nº 13, de 14 de março de 2011, publicada no D.O.U. de 16 de março de 2011:

d) a quota mencionada somente poderá ser distribuída às indústrias do segmento têxtil para utilização em seu processo industrial e para as empresas comerciais exportadoras de que trata o Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972; e

.....”(NR)
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA LACERDA PRAZERES

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SUFRAMA, na sua 249ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de fevereiro de 2011, em Manaus/AM, aprovou a seguinte Resolução: N.º 043/11 - Art. 1º APROVAR o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa S.G. NUNES INDÚSTRIA PLÁSTICA E SERVIÇOS EPP, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 033/2011-SPR/CGPRI/COAPI, para produção de PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR INJEÇÃO e PARTES E PEÇAS INJETADAS PLÁSTICAS PARA CICLOMOTORES, MOTONETAS, MOTOCICLETAS, TRICICLOS E QUADRICICLOS, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior e demais condições que estabelece.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO
Superintendente



INTERNET

www.in.gov.br